

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

1º trimestre de 2023

Coordenação-Geral de Contabilidade

Divisão de Relatórios Contábeis

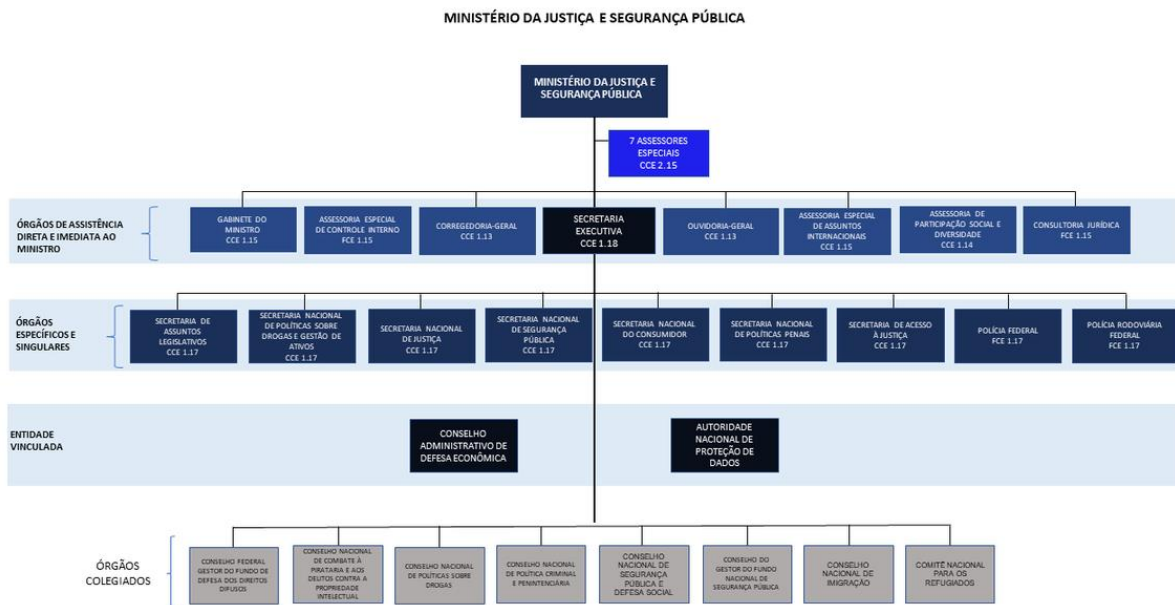
30 de abril de 2023

Sumário

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MJSP	3
APRESENTAÇÃO	4
Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	4
GESTÃO CONTÁBIL	7
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	9
Balanço Patrimonial.....	9
Demonstrações das Variações Patrimoniais	11
Balanço Orçamentário.....	13
Balanço Financeiro	15
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	17
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	18
NOTAS EXPLICATIVAS	19
Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP	19
Nota 02 – Créditos a Longo Prazo – BP.....	21
Nota 03 – Imobilizado – BP	23
Nota 04 – Intangível – BP	29
Nota 05 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo – BP	30
Nota 06 – Resultado de Exercícios Anteriores – BP	30
Nota 07 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – BP	31
Nota 08 – Quadro de Compensações – Atos Potenciais Passivos – BP	36
Nota 09 – Pessoal e Encargos – DVP.....	38
Nota 10 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – DVP	39
Nota 11 – Demais Receitas Patrimoniais – BO	41
Nota 12 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO	41
Nota 13 – Resultado Orçamentário – BO.....	42
Nota 14 – Pessoal e Encargos Sociais – BO	43
Nota 15 – Outras Despesas Correntes – BO	44
Nota 16 – Restos a Pagar – Anexos – BO.....	45
Nota 17 – Transferências Intragovernamentais – BF	47
Nota 18 – Segurança Pública – DFC	48
Nota 19 – Aquisição de Ativo não Circulante – DFC	49
Nota 20 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	50

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MJSP

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP é um órgão do Poder Executivo Federal, estruturado pelo Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023.



Fonte: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/organogramas/>

O MJSP, por meio de seus órgãos específicos e singulares, é responsável pela gestão de seus fundos, instituídos e geridos da seguinte forma:

- Fundo Nacional Antidrogas – Funad: Instituído pela [Lei nº 7.560/1986](#), é gerido pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad;
- Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP: Instituído pela [Lei nº 10.201/2001](#), revogada pela [Lei nº 13.756/2018](#), é gerido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp;
- Fundo Penitenciário Nacional – Funpen: Instituído pela [Lei Complementar nº 79/1994](#), é gerido pela Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen; e
- Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – FDD: Instituído pela [Lei nº 7.347/1985](#), é gerido pela Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon.

Em referência à estrutura organizacional do MJSP, cumpre destacar a transferência da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério dos Povos Indígenas ([Decreto nº 11.355/2023](#)) e do Arquivo Nacional (AN) para o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos ([Decreto nº 11.345/2023](#)).

Destaca-se, ainda, pela nova estrutura regimental do MJSP, aprovada pelo [Decreto nº 11.348/2023](#), de 1º de janeiro de 2023, com vigência a partir de 24 de janeiro de 2023, a inclusão em sua estrutura da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), autarquia de natureza especial, prevista na Lei Geral de Proteção de Dados ([Lei nº 13.709/2018](#)).

O Planejamento Estratégico do MJSP 2020-2023 define a sua missão, sua visão e seus valores e foi aprovado pela [Portaria do Ministro nº 895/2019](#).

- Missão: Trabalhar para a consolidação do Estado Democrático de Direito.
- Visão: Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da cidadania, na proteção de direitos, na integração da política de segurança pública, na cooperação jurídica internacional e no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento.
- Valores: Integridade, Ética, Interesse Público, Respeito, Legalidade, Resultados, Capital Humano, Inovação, Transparência e Sustentabilidade.

APRESENTAÇÃO

Contexto Operacional

Regulamentada pela [Portaria MJSP nº 260, de 28 de dezembro de 2022](#), a **Secretaria Executiva - SE**, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, é responsável, dentre outras atribuições, por supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e orçamento, de organização e modernização administrativa, de contabilidade, de administração financeira, de informação de custos, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais e de transparência e acesso a informações, no âmbito do MJSP.

No que tange às demonstrações contábeis elencadas neste documento, a Coordenação-Geral de Contabilidade - CGCONTAB, subordinada à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO da SE, é responsável, dentre outras competências, por coordenar a análise das demonstrações contábeis dos fundos, órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, por meio da Divisão de Análise e Acompanhamento Contábeis - Diaco e da Divisão de Relatórios Contábeis – Direc.

Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCONs do MJSP foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBCT SP do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP - 9ª edição e o Manual Siafi, referente ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

As DCONs são extraídas a partir das informações constantes no Siafi, e têm como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 – MJSP.

As estruturas e a composição das DCONs, de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, são compostas por:

- Balanço Patrimonial – BP;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP;
- Balanço Orçamentário – BO;
- Balanço Financeiro – BF;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; e
- Notas Explicativas – NES.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, levando-se em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente, não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

Caixa e equivalentes de caixa

Expressam dinheiro em caixa na conta única, demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria, conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872, de 1986, é mantida no Banco Central do Brasil e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJSP, ela é representada pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, no MJSP, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Atualmente, não são constituídos ajustes para perdas dos créditos. Compreendem, ainda, outros direitos a receber, a curto prazo, relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos da folha de pagamento dos servidores; (ii) créditos por dano ao patrimônio; (iii) créditos a receber decorrentes de infrações; e (iv) adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada. Os estoques, por sua vez, são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) dívida ativa não tributária; (ii) créditos a receber decorrentes de infração; e (iii) crédito por dano ao patrimônio. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original, porém não são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Nesse sentido, os ajustes para perdas em créditos a longo prazo, realizados apenas pelo Cade, representam a perda estimada pelo não recebimento de valores do ativo, por inadimplência de terceiros e outras que tem o cálculo de sua estimativa de valor recuperável na metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, conforme item 6. da Macrofunção STN 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Esses reconhecidos, a princípio, com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se tais gastos não gerarem benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I. Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II. Reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
 n = vida útil da acessão
 x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, tais como softwares, marcas, direitos e patentes industriais. No MJSP são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Dos órgãos vinculados ao MJSP, em razão de limitações no sistema de gestão patrimonial, somente na PF e no Cade são deduzidos os saldos da conta de amortização acumulada (quando têm vida útil definida).

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; e (iii) demais obrigações.

Apuração do resultado

No modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

1 Patrimonial

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas - VPAs e das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDs implica a apuração do resultado patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

2 Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit ou déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário

3 Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

GESTÃO CONTÁBIL

Atuação da Coordenação-Geral de Contabilidade do MJSP

A Coordenação-Geral de Contabilidade – CGCONTAB, que integra o Sistema de Contabilidade Federal – SCF como Unidade Setorial de Contabilidade, atua alinhada ao órgão central dos Sistemas de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, a STN do Ministério da Fazenda – MF, prestando assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações do MJSP.

Com o objetivo de aprimorar a apresentação das DCONs, buscou-se melhorias nas seguintes características das informações: representação fidedigna; conteúdo relevante; compreensibilidade; tempestividade; comparabilidade; e verificabilidade.

Estrutura Administrativa e de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

Cumprir esclarecer que, a composição do órgão MJSP no Siafi não necessariamente reflete a estrutura organizacional prevista no Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023.

Sua organização espelha a estruturação de unidades administrativas com autonomia de gestão dos respectivos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais, de maneira a otimizar a execução de suporte, manutenção e entrega das políticas públicas à sociedade. Cada órgão possui um código específico no Siafi, conforme quadro a seguir:

Composição no Siafi do MJSP			
Órgão SuperiorMJSP 30000	30000	Secretaria Executiva – SE Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP	MJSP
	30108	Polícia Federal – PF ¹	
	30802	Polícia Rodoviária Federal – PRF	
	30905	Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD	
	30911	Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP	
	30907	Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN ^{1 3}	
	30912	Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD	
	30211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE ^{1 2}	
	30212	Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD ²	

¹ Unidade organizacional vinculada ao MJSP que possui seccional de contabilidade ou contador responsável.

² Autarquia sob Regime Especial – entidade da administração pública federal indireta.

³ Fundo gerido pela Secretaria Nacional de Políticas Penais – Senappen.

A CGCONTAB realiza o acompanhamento direto de 50 unidades executoras de despesa pública, sendo 35 da PRF e 15 do MJSP. Além dessas unidades, foi dado suporte técnico às atividades das seccionais de contabilidade:

- da PF, que consta com 35 unidades;
- do FUNPEN, com 13 unidades;
- do CADE, com 1 unidade; e
- Caixa Econômica Federal – CEF (mediante contratos de repasse), com 4 unidades (vinculadas aos fundos: FDD, Senasp e Funpen).

Registro Mensal da Conformidade Contábil

A aderência das DCONs do MJSP às normas vigentes é atestada pelos procedimentos de Conformidade Contábil. Esta consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados no SIAFI, com base na análise dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, que tem por base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, a Conformidade de Registro de Gestão e o Manual SIAFI.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Com base no processo de Conformidade Contábil, são elaboradas, com periodicidade trimestral, as Notas Explicativas – NEs às DCONs do MJSP. As NEs são partes integrantes das DCONs e são inseridas no SIAFIWeb, complementando as Demonstrações do Órgão de maneira a abordar aspectos relacionados à composição e aos critérios de mensuração dos elementos patrimoniais, incluindo informações sobre contas a pagar, execução contratual, bens imobilizados e despesas com pessoal, dentre outras.

As informações elaboradas subsidiam a consolidação do Balanço Geral da União – BGU, pela STN, e se caracterizam em instrumentos tanto para tomada de decisão dos gestores quanto para a instrumentalização do controle social.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Balanço Patrimonial

R\$ milhares

ATIVO	NE	31/03/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE		9.413.185	8.871.175
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	6.193.562	5.790.347
Créditos a Curto Prazo		3.021.570	2.874.249
Demais Créditos e Valores		3.021.570	2.874.249
Estoques		198.054	206.579
ATIVO NÃO CIRCULANTE		11.133.629	269.762.336
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.232.395	3.191.606
Créditos a Longo Prazo	02	3.232.395	3.191.606
Dívida Ativa Não Tributária		3.800.918	3.763.455
Demais Créditos e Valores		1.446.536	1.443.210
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		(2.015.060)	(2.015.060)
Investimentos		21	22
Participações Permanentes		-	0
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		-	0
Propriedades para Investimento		18	18
Propriedades para Investimento		18	18
Demais Investimentos Permanentes		3	4
Demais Investimentos Permanentes		3	4
Imobilizado	03	7.568.148	266.227.769
Bens Móveis		3.501.489	3.720.812
Bens Móveis		4.793.781	5.037.597
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(1.292.292)	(1.316.786)
Bens Imóveis		4.066.659	262.506.957
Bens Imóveis		4.070.656	262.510.983
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		(3.997)	(4.026)
Intangível	04	333.065	342.939
Softwares		333.065	342.921
Softwares		373.536	378.908
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(40.471)	(35.987)
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	18
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	18
TOTAL DO ATIVO		20.546.814	278.633.511

PASSIVO	NE	31/03/2023	31/12/2022
PASSIVO CIRCULANTE		1.364.022	1.373.720
Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	05	768.020	879.787
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		156.036	36.913
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		31	5
Transferências Fiscais de Curto Prazo		137.035	142.700
Demais Obrigações a Curto Prazo		302.900	314.313
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1	1
Demais Obrigações a Longo Prazo		1	1
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		1.364.023	1.373.720

Fonte: Siafi.

Balanco Patrimonial – continuação...

R\$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.182.792	277.259.791
Demais Reservas		6.372	6.372
Resultados Acumulados		19.176.419	277.253.419
Resultado do Exercício		556.618	2.945.288
Resultados de Exercícios Anteriores	06	18.631.707	274.300.617
Ajustes de Exercícios Anteriores		(11.906)	7.513
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.546.814	278.633.511

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES				07	
ATIVO	31/03/2023	31/12/2022	PASSIVO	31/03/2023	31/12/2022
Ativo Financeiro	6.193.626	5.790.486	Passivo Financeiro	12.128.756	4.310.475
Ativo Permanente	14.353.189	272.843.025	Passivo Permanente	331.670	286.717
			Saldo Patrimonial	8.086.388	274.036.319

QUADRO DE COMPENSAÇÕES			
ATIVO			
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	NE	31/03/2023	31/12/2022
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		353.050	352.844
Atos Potenciais Ativos		353.050	352.844
Garantias e Contragarantias Recebidas		314.564	306.243
Direitos Conveniados e Outros Instr. Congêneres		38.422	46.519
Direitos Contratuais		64	82
TOTAL		353.050	352.844

QUADRO DE COMPENSAÇÕES			
PASSIVO			
Saldo dos Atos Potenciais Passivos	NE	31/03/2023	31/12/2022
Saldo dos Atos Potenciais Passivos		5.118.115	5.535.218
Atos Potenciais Passivos	08	5.118.115	5.535.218
Garantias e Contragarantias Concedidas		28	28
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos		1.974.217	2.055.050
Obrigações Contratuais		3.143.870	3.480.140
TOTAL		5.118.115	5.535.218

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT /DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	(5.925.508)
Recursos Vinculados	(9.622)
Educação	299
Seguridade Social (Exceto Previdência)	(3.108.608)
Previdência Social (RPPS)	(3)
Dívida Pública	(2.262)
Alienação de Bens e Direitos	57.949
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.043.269
Outros Recursos Vinculados	(338)
Recursos a Classificar	72
TOTAL	(5.935.130)

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Aumentativas

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	31/03/2023	31/03/2022
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		257.745	209.345
Taxas		257.745	209.345
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		14.690	15.779
Venda de Mercadorias		-	3
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		14.690	15.776
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		139.506	96.654
Juros e Encargos de Mora		239	1.890
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		139.267	94.764
Transferências e Delegações Recebidas		12.112.004	12.828.550
Transferências Intragovernamentais		11.977.880	12.686.502
Outras Transferências e Delegações Recebidas		134.124	142.048
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		324.860	614.022
Reavaliação de Ativos		698	71.989
Ganhos com Alienação		25.947	2.313
Ganhos com Incorporação de Ativos		290.236	527.773
Ganhos com Desincorporação de Passivos		7.979	11.947
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		434.799	603.055
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		72	13.695
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		434.726	589.361
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		13.283.603	14.367.406

Fonte: Siafi.

Demonstrações das Variações Patrimoniais

Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	31/03/2023	31/03/2022
Pessoal e Encargos	09	1.944.937	1.972.615
Remuneração a Pessoal		1.502.930	1.527.577
Encargos Patronais		328.906	337.171
Benefícios a Pessoal		98.639	99.004
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		14.462	8.864
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	10	1.090.240	1.158.105
Aposentadorias e Reformas		775.117	837.754
Pensões		291.412	297.052
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		23.711	23.299
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		681.919	640.808
Uso de Material de Consumo		77.588	94.503
Serviços		507.466	472.820
Depreciação, Amortização e Exaustão		96.865	73.485
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		35.779	30.686
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	6
Juros e Encargos de Mora		176	44
Variações Monetárias e Cambiais		0	0
Descontos Financeiros Concedidos		35.602	30.350
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	287
Transferências e Delegações Concedidas		8.825.941	9.661.910
Transferências Intragovernamentais		8.548.454	9.428.205
Transferências Intergovernamentais		131.890	106.841
Transferências ao Exterior		9.803	15.467
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	1
Outras Transferências e Delegações Concedidas		135.794	111.396
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		130.657	153.827
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		36.501	58.934
Perdas com Alienação		25	-
Perdas Involuntárias		15.551	4.983
Incorporação de Passivos		3.109	9.833
Desincorporação de Ativos		75.471	80.077
Tributárias		1.866	2.030
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.555	1.681
Contribuições		312	349
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		15.647	34.334
Incentivos		271	111
Subvenções Econômicas		1.796	11.731
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		13.580	22.492
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		12.726.985	13.654.315
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		556.618	713.091

Fonte: Siafi.

Balanço Orçamentário

Receitas e Despesas Orçamentárias

R\$ milhares
31/03/2023

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES		4.776.331	4.776.331	1.547.499	(3.228.833)
Receitas Tributárias		576.249	576.249	180.422	(395.827)
Taxas		576.249	576.249	180.422	(395.827)
Receitas de Contribuições		372	372	61	(311)
Contribuições Sociais		372	372	61	(311)
Receita Patrimonial		2.627.903	2.627.903	842.245	(1.785.658)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		235	235	47	(188)
Valores Mobiliários		388.589	388.589	138.375	(250.214)
Demais Receitas Patrimoniais	11	2.239.080	2.239.080	703.824	(1.535.256)
Receitas de Serviços		75.361	75.361	14.638-	(60.723)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		75.361	75.361	14.638-	(60.723)
Outras Receitas Correntes		1.496.446	1.496.446	510.133	(986.313)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	12	1.333.946	1.333.946	427.716	(906.230)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		815	815	5.371	4.555
Bens, Direitos e Valores Incorp. ao Patrim. Público		149.339	149.339	69.304	(80.035)
Demais Receitas Correntes		12.346	12.346	7.742	(4.604)
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	2.341	2.341
Alienação de Bens		-	-	2.341	2.341
Alienação de Bens Móveis		-	-	2.341	2.341
SUBTOTAL DE RECEITAS		4.776.331	4.776.331	1.549.840	(3.226.492)
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
DÉFICIT	13	-	-	10.390.052	10.390.052
TOTAL		4.776.331	4.776.331	11.939.892	7.163.561
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		16.660.623	16.670.174	11.889.669	3.362.255	2.594.794	4.780.505
Pessoal e Encargos Sociais	14	12.139.587	12.139.587	10.451.198	2.858.405	2.231.316	1.688.389
Outras Despesas Correntes	15	4.521.036	4.530.587	1.438.471	503.850	363.478	3.092.116
DESPESAS DE CAPITAL		2.145.529	2.151.281	50.223	1.595	1.342	2.101.059
Investimentos		2.145.529	2.151.281	50.223	1.595	1.342	2.101.059
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		673.072	673.072	-	-	-	673.072
TOTAL		19.479.224	19.494.527	11.939.892	3.363.850	2.596.136	7.554.635

Fonte: Siafi.

Balanço Orçamentário

Anexos

Anexo 1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não ProcessadosR\$ milhares
31/03/2023

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		218.673	526.471	249.264	217.271	39.898	487.976
Pessoal e Encargos Sociais		5.395	17.420	7.674	3.409	870	18.536
Outras Despesas Correntes		213.279	509.051	241.590	213.862	39.028	469.439
DESPESAS DE CAPITAL		1.284.385	1.109.989	270.491	146.004	59.046	2.189.324
Investimentos		1.284.385	1.109.989	270.491	146.004	59.046	2.189.324
TOTAL	16	1.503.058	1.636.460	519.755	363.274	98.944	2.677.300

Fonte: Siafi.

Anexo 2 – Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados LiquidadosR\$ milhares
31/03/2023

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		1.816	870.872	868.928	562	3.198
Pessoal e Encargos Sociais		34	759.874	759.298	-	610
Outras Despesas Correntes		1.781	110.999	109.630	562	2.588
DESPESAS DE CAPITAL		33.758	93.599	68.231	8.081	51.045
Investimentos		33.758	93.599	68.231	8.081	51.045
TOTAL	16	35.574	964.471	937.159	8.643	54.243

Fonte: Siafi.

Balanço Financeiro**Ingressos**

R\$ milhares

INGRESSOS	NE	31/03/2023	31/03/2022
Receitas Orçamentárias		1.549.840	1.476.270
Vinculadas		1.630.447	1.529.166
Seguridade Social (Exceto Previdência)		22.794	5.603
Alienação de Bens e Direitos		4.682	2.962
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.285.109	1.520.423
Outros Recursos Vinculados		317.291	-
Recursos a Classificar		571	177
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(80.608)	(52.895)
Transferências Financeiras Recebidas	17	11.977.880	12.686.502
Resultantes da Execução Orçamentária		10.790.352	11.316.175
Cota Recebida		3.888.091	3.939.605
Repasse Recebido		3.691.625	3.791.918
Sub-repasse Recebido		3.190.733	3.239.895
Repasse Devolvido		19.550	344.746
Sub-repasse Devolvido		353	10
Independentes da Execução Orçamentária		1.187.528	1.370.327
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		1.060.689	1.165.613
Demais Transferências Recebidas		44.763	70.467
Movimentação de Saldos Patrimoniais		82.076	134.247
Recebimentos Extraorçamentários		9.361.900	6.900.281
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		767.714	707.573
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		8.576.042	6.174.691
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		14.567	15.226
Outros Recebimentos Extraorçamentários		3.577	2.791
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		3.236	2.709
Restituições a Pagar		316	82
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		26	-
Saldo do Exercício Anterior		5.751.586	4.572.510
Caixa e Equivalentes de Caixa		5.751.586	4.572.510
TOTAL		28.641.206	25.635.562

Fonte: Siafi.

Balanço Financeiro

Dispêndios

R\$ milhares

DISPÊNDIOS	NE	31/03/2023	31/03/2022
Despesas Orçamentárias		11.939.892	9.478.465
Ordinárias		6.689.873	5.494.291
Vinculadas		5.250.019	3.984.174
Seguridade Social (Exceto Previdência)		4.346.683	3.200.465
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		903.335	783.709
Transferências Financeiras Concedidas	17	8.548.454	9.428.185
Resultantes da Execução Orçamentária		6.966.984	7.712.292
Repasse Concedido		3.732.748	3.795.023
Sub-repasse Concedido		3.199.332	3.239.895
Cota Devolvida		15.000	332.618
Repasse Devolvido		19.550	344.746
Sub-repasse Devolvido		353	10
Independentes da Execução Orçamentária		1.581.470	1.715.893
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		714.961	776.070
Demais Transferências Concedidas		28.831	39.537
Movimento de Saldos Patrimoniais		837.678	900.286
Pagamentos Extraorçamentários		1.959.299	1.932.552
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		937.159	897.184
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		363.274	466.473
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		11.430	9.813
Outros Pagamentos Extraorçamentários		647.436	559.082
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		644.084	558.119
Valores Compensados		4	4
Demais Pagamentos		3.349	960
Saldo para o Exercício Seguinte		6.193.562	4.796.360
Caixa e Equivalentes de Caixa		6.193.562	4.796.360
TOTAL		28.641.206	25.635.562

Fonte: Siafi.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Ingressos e Desembolsos

R\$ milhares

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - OFSS	NE	31/03/2023	31/03/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		564.987	381.068
INGRESSOS		13.540.288	14.176.491
Receita Tributária		180.422	146.541
Receita de Contribuições		61	76
Receita Patrimonial		703.870	651.624
Receita de Serviços		14.638	15.717
Remuneração das Disponibilidades		138.375	93.224
Outras Receitas Derivadas e Originárias		510.133	567.499
Outros Ingressos Operacionais		11.992.789	12.701.809
Ingressos Extraorçamentários		14.567	15.226
Restituições a Pagar		316	82
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		26	-
Transferências Financeiras Recebidas	17	11.977.880	12.686.502
DESEMBOLSOS		(12.975.300)	(13.795.423)
Pessoal e Demais Despesas		(3.317.456)	(3.371.059)
Essencial a Justiça		-	(2)
Administração		(24.134)	(47.355)
Segurança Pública	18	(2.226.579)	(2.136.360)
Previdência Social		(1.017.957)	(1.058.769)
Educação		(217)	(89)
Direitos da Cidadania		(13.698)	(93.156)
Gestão Ambiental		(595)	-
Organização Agrária		(3)	(3)
Transporte		(3)	-
Encargos Especiais		(37.505)	(38.034)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas—Cartão de Pagamento		3.236	2.709
Transferências Concedidas		(450.525)	(427.283)
Intergovernamentais		(130.209)	(78.506)
A Estados e/ou Distrito Federal		(126.087)	(66.431)
A Municípios		(4.122)	(12.075)
Intragovernamentais		(319.027)	(332.196)
Outras Transferências Concedidas		(1.289)	(16.581)
Outros Desembolsos Operacionais		(9.207.320)	(9.997.081)
Dispêndios Extraorçamentários		(11.430)	(9.813)
Transferências Financeiras Concedidas	17	(8.548.454)	(9.428.185)
Transferências de Arrecadação para Outra Unidade		(644.084)	(558.119)
Valores Compensados		(4)	(4)
Demais Pagamentos		(3.349)	(960)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(123.012)	(157.218)
INGRESSOS		2.341	1.588
Alienação de Bens		2.341	1.588
DESEMBOLSOS		(125.353)	(158.806)
Aquisição de Ativo Não Circulante	19	(113.185)	(150.951)
Outros Desembolsos de Investimentos		(12.168)	(7.855)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		441.975	223.850
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		5.751.586	4.572.510
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL		6.193.562	4.796.360

Fonte: Siafi.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

R\$ milhares

Especificação	NE	Patrim. / Cap. Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes Aval. Patr.	Ações/Cotas Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022		-	-	-	5.584	274.300.617	-	-	274.306.201
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	12.938	-	-	12.938
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	788	(5.425)	-	-	(4.637)
Resultado do Exercício		-	-	-	-	2.945.288	-	-	2.945.288
Saldo Final do Exercício 2022		-	-	-	6.372	277.253.419	-	-	277.259.791

Especificação	NE	Patrim. / Cap. Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes Aval. Patr.	Ações/Cotas Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023		-	-	-	6.372	18.631.707	-	-	18.638.080
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	(10.681)	-	-	(10.681)
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	(1.211)	-	-	(1.211)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	(15)	-	-	(15)
Resultado do Exercício		-	-	-	-	556.618	-	-	556.618
Saldo Final do Exercício 2023	<u>20</u>	-	-	-	6.372	19.176.419	-	-	19.182.792

Fonte: Siafi.

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP

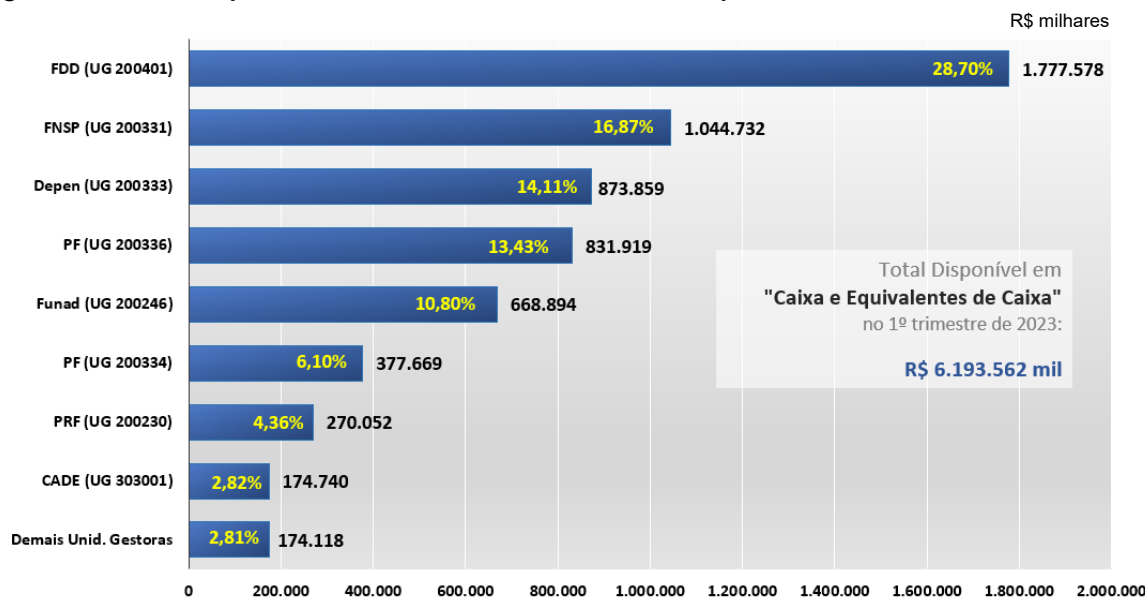
Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por unidade gestora

No final do 1º trimestre de 2023, os recursos disponíveis em "Caixa e Equivalentes de Caixa" representaram 65,80% (R\$ 6.193.562 mil) do total do Ativo Circulante, sendo R\$ 6.019.444 mil (97,19%) do referido montante assim distribuídos entre as nove (8) unidades gestoras mais representativas:

- a) R\$ 1.777.578 mil (28,70%) na UG 200401 do FDD;
- b) R\$ 1.044.732 mil (16,87%) na UG 200331 do FNSP;
- c) R\$ 873.859 mil (14,11%) na UG 200333 do Depen;
- d) R\$ 831.919 mil (13,43%) na UG 200336 da PF;
- e) R\$ 668.894 mil (10,80%) na UG 200246 da Funad;
- f) R\$ 377.669 mil (6,10%) na UG 200334 da PF;
- g) R\$ 270.052 mil (4,36%) na UG 200230 da PRF;
- h) R\$ 174.740 mil (2,82%) na UG 303001 do CADE.

As demais unidades gestoras executoras que apresentaram saldo no fechamento do 1º trimestre de 2023, as quais somaram 86 unidades distintas, englobaram R\$ 174.118 mil (2,81%) do total dos recursos disponíveis em "Caixa e Equivalentes de Caixa".

Figura 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – total de recursos disponíveis



Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

Em março de 2023, 97,60% (R\$ 6.045.011 mil) dos recursos financeiros disponíveis em "Caixa e Equivalentes de Caixa" apresentaram-se distribuídos nas seguintes fontes:

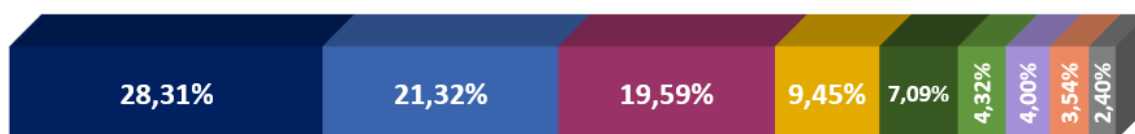
- a) 28,31% (R\$ 1.753.228 mil) em repar. danos a interesses difusos e coletivos;
- b) 21,32% (R\$ 1.320.177 mil) em recursos próprios livres na unidade orçamentária;
- c) 19,59% (R\$ 1.213.242 mil) em recursos livres na unidade orçamentária (sup. vinc. amort. pgto. div.);
- d) 9,45% (R\$ 585.264 mil) no Fundo para Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - Funapol;
- e) 7,09% (R\$ 438.988 mil) em recursos livres da União;
- f) 4,32% (R\$ 267.259 mil) em recursos livres da seguridade social;
- g) 4,00% (R\$ 247.777 mil) em recursos livres da unidade orçamentária;
- h) 3,54% (R\$ 219.075 mil) em recursos da unidade orçamentária aplicados na seguridade social; e
- g) 2,40% (R\$ 148.551 mil) nas demais fontes de recursos.

As fontes de recursos menos representativas corresponderam a 2,40% (R\$ 148.551 mil) do total das fontes de recursos financeiros, distribuídas entre 8 tipos de fontes distintas.

Figura 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

Legenda:

- Repar. Danos a Interesses Difusos e Coletivos
- Recursos Livres Unidade Orçamentária (Sup. Vinc. Amort. Pgto. Div.)
- Recursos Livres da União
- Recursos Livres da Unidade Orçamentária
- Demais Fontes de Recursos (8 fontes distintas)
- Recursos Próprios Livres da Unidade Orçamentária
- Funapol
- Recursos Livres da Seguridade Social
- Recursos Unidade Orçamentária Aplicação Seguridade Social



Fonte: Siafi.

Caixa e Equivalentes de Caixa – Balanço Financeiro e Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Na análise de Caixas e Equivalentes demonstrados nas DFC, ressaltamos a seguir os principais impactos nos ingressos e saídas. Esclarecemos ainda que o referido conceito de caixa engloba todas as disponibilidades existentes nas contas; sendo elas, de modo geral, caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Na União, em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” é igual ao “Resultado Financeiro”. No primeiro trimestre de 2023, o resultado apurado do Ministério da Justiça e Segurança Pública foi positivo de R\$ 441.975 mil, sendo 127,83% (R\$ 564.987 mil) impactado pelas atividades operacionais e -27,83% (R\$ -123.012 mil) devido às atividades de investimento.

Com relação aos fluxos de caixa das atividades operacionais, destacam-se as “Transferências Financeiras Recebidas” que, conforme pode-se observar na DFC, em março de 2023, representaram 88,46% (R\$ 11.977.800 mil) do total dos ingressos das atividades operacionais. Com relação aos dispêndios das atividades operacionais, “Transferências Financeiras Concedidas” representaram 65,88% (R\$ -8.548.454 mil) e “Segurança Pública” representaram 17,16% (R\$ -2.226.579 mil), cujas representações totalizaram 83,04% (R\$ -10.775.033 mil), detalhados nas notas explicativas de número [17](#) e [18](#) respectivamente.

Destaca-se ainda, com referência ao fluxo de caixa das atividades de investimento, que 92,01% (R\$ -113.185 mil) do saldo apresentado referem-se às aquisições de ativos não circulantes, os quais constam detalhados na nota explicativa de número [19](#).

Portanto, com relação ao resultado financeiro positivo de R\$ 441.975 mil no primeiro trimestre de 2023 do MJSP, quanto ao fluxo de caixa das atividades operacionais, os ingressos e dispêndios supracitados representaram os impactos mais relevantes; assim como as aquisições de ativos não circulantes, com relação ao fluxo de caixa das atividades de investimento.

Tabela 01 – Fluxos de Caixa – operações e investimento

	R\$ milhares				
Descrição	31/03/2023	31/12/2022	2023-2022	AV% (2023)	AH%
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	564.987	381.068	183.919	127,83	48,26
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(123.012)	(157.218)	34.206	(27,83)	(21,76)
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	441.975	223.850	218.125	100,00	97,44

Fonte: Siafi.

Nota 02 – Créditos a Longo Prazo – BP

Os "Créditos a Longo Prazo", consolidados no Balanço Patrimonial, no primeiro trimestre de 2023, corresponderam a 100% do ativo realizável a longo prazo e representaram 15,73% (R\$ 3.232.395 mil) do total do ativo.

Com relação ao montante total do referido grupo de contas, destacam-se os registros efetuados no Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, dos quais: 117,59% (R\$ 3.800.918 mil) foram decorrentes da "Dívida Ativa Não Tributária"; 41,70% (R\$ 1.347.984 mil) foram relativos a "Créditos a Receber Decorrentes de Infrações" em virtude de multas aplicadas; e -62,34% (R\$ -2.015.060 mil) correspondendo a 100% do saldo de "Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo", conforme pode-se observar na "Tabela 02".

A Dívida Ativa Não Tributária, que é proveniente dos demais créditos da Fazenda Pública, decorrentes de contratos em geral ou de outras obrigações legais, foi representada em 26,27% (R\$ 998.624 mil), pelas empresas:

- a) Rumo S.A., com 8,27% (R\$ 314.366 mil);
- b) Gerdau S.A., com 6,84% (R\$ 259.799 mil);
- c) Mann+Hummel Brasil Ltda, com 4,16% (R\$ 158.054 mil);
- d) Varig Logística S.A. – em recuperação judicial, com 3,99% (R\$ 151.833 mil); e
- e) ERJ Administração e Restaurantes de Empresas Ltda – falido, com 3,01% (R\$ 114.573 mil).

A rubrica "Créditos a Receber Decorrentes de Infrações" representou 41,70% (R\$ 1.347.984 mil) na análise vertical do primeiro trimestre de 2023, demonstrado na "Tabela 02". As empresas CNO S.A., Construtora Coesa S.A. – em recuperação judicial e Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A., somaram 79,91% (R\$ 1.077.178 mil) na contabilização de multas aplicadas pelo Cade por condutas de infração à ordem econômica.

- a) CNO S.A., com 39,28% (R\$ 529.488 mil);
- b) Construtora Coesa S.A. – em recuperação judicial, com 21,11% (R\$ 284.581 mil); e
- c) Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A., com 19,52% (R\$ 263.109 mil).

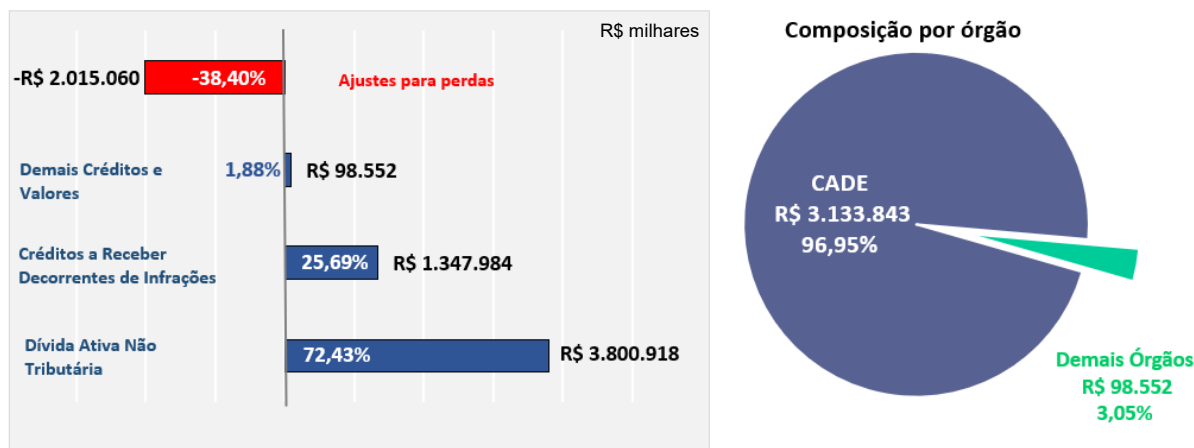
Acrescenta-se que a variação horizontal da Fundação Nacional do Índio - Funai, com os saldos zerados em 2023, se deu pela saída do órgão da estrutura organizacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP.

Tabela 02 – Créditos a Longo Prazo – composição por órgão

R\$ milhares				
Grupos de Contas de Créditos a Longo Prazo	31/03/2023	31/12/2022	AV %	AH %
Dívida Ativa Não Tributária	3.800.918	3.763.455	117,59	1,00
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	3.800.918	3.755.987	117,59	1,20
Fundação Nacional do Índio	-	7.468	-	(100,00)
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações-Longo Prazo	1.347.984	1.350.970	41,70	(0,22)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	1.347.984	1.350.849	41,70	(0,21)
Fundação Nacional do Índio	-	121	-	(100,00)
Demais Créditos e Valores	98.552	92.240	3,05	6,84
Ministério da Justiça e Segurança Pública	47.410	46.589	1,47	1,76
Fundo Nacional de Segurança Pública	45.912	37.296	1,42	23,10
Polícia Federal	2.409	-	0,07	100,00
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	1.507	1.507	0,05	0,00
Fundo Penitenciário Nacional	948	948	0,03	0,00
Fundo Nacional Antidrogas	298	298	0,01	0,00
Polícia Rodoviária Federal	66	66	0,00	0,00
Fundação Nacional do Índio	-	5.535	-	(100,00)
Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	(2.015.060)	(2.015.060)	(62,34)	0,00
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(2.015.060)	(2.015.060)	(62,34)	0,00
Total de Créditos a Longo Prazo	3.232.395	3.191.605	100,00	1,28

Fonte: Siafi.

Figura 03 – Créditos a Longo Prazo – composição



Fonte: Siafi.

Ajuste para Perdas em Créditos a Longo Prazo – CADE

Em relação à composição de saldos dos Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo do Cade, balizada pela Macrofunção 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas, tem-se a reprodução da metodologia utilizada pela unidade:

(...)

Observa-se que para calcular o Ajuste para Perdas Estimadas com Dívida Ativa, usa-se o seguinte cálculo:

Perda estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber - (quociente médio de recebimentos x saldo atualizado da conta de valores a receber)

(...)

Transformando esses dados em números temos:

- Perdas Estimada = Saldo atualizado da conta de valores a receber – (quociente médio de recebimentos x saldo atualizado da conta de valores a receber), onde;
- Perda Estimada = R\$ 3.755.986.838,78 – (0,46350727 x 3.755.986.838,78);
- Perda Estimada = R\$ 3.755.986.838,78 – 1.740.927.211,27;

Perda estimada = 2.015.059.627,51

Baseando-se no item 6.3 da macrofunção, onde diz: “Dadas as diversidades de ativos e peculiaridades de cada um deles, é possível que, para refletir de maneira mais fidedigna a real situação do ativo, outra metodologia se mostre mais adequada, ou mesmo alguma variação da metodologia sugerida acima.”, utilizou-se uma variação da fórmula apresentada onde foi considerado os últimos quatro anos para o cálculo do ajuste para perdas da dívida ativa. Os dados extraídos do Tesouro Gerencial consideraram todo movimento credor da conta, conforme mostra tabela a seguir:

2022		2021		2020		2019	
Movim. Devedor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Credor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Devedor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Credor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Devedor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Credor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Devedor - Moeda Origem (Conta Contábil)	Movim. Credor - Moeda Origem (Conta Contábil)
679.161.830,58	80.438.267,49	737.742.339,29	48.026.393,19	312.622.303,46	25.374.225,67	239.894.308,93	381.270.413,94

Aplicando os valores às fórmulas, temos:

1. Média mensal de recebimentos = Total de recebimentos no exercício/12

- Média mensal de recebimentos 2019 = 381.270.413,94 / 12 = **R\$ 31.722.534,50**
- Média mensal de recebimentos 2020 = 25.107.168,86 / 12 = **R\$ 2.092.264,07**
- Média mensal de recebimentos 2021 = 48.026.393,19 / 12 = **R\$ 4.002.199,43**
- Média mensal de recebimentos 2022 = 80.438.267,49 / 12 = **R\$ 6.703.188,96**

2. Média mensal dos saldos da conta de valores a receber = soma dos saldos mensais/12

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber 2019 = $239.894.308,93/12 =$
R\$ 19.991.192,41

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber 2020 = $312.622.303,46/12 =$
R\$ 26.050.795,20

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber 2021 = $737.742.339,29/12 =$
R\$ 61.478.528,27

- Média mensal dos saldos da conta de valores a receber 2021 = $679.161.830,58 =$
R\$ 56.596.819,22

3. Quociente de recebimento para o exercício x1 = Média mensal de recebimentos do exercício x1 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x1

- Quociente de recebimento para o exercício 2019 = $31.722.534,50 / 19.991.192,41 =$
1,58932663

4. Quociente de recebimento para o exercício x2 = Média mensal de recebimentos do exercício x2 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x2

- Quociente de recebimento para o exercício 2020 = $2.092.264,07 / 26.050.795,20 =$
0,08031479

5. Quociente de recebimento para o exercício x3 = Média mensal de recebimentos do exercício x3 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x3

- Quociente de recebimento para o exercício 2021 = $4.002.199,43 / 61.478.528,27 =$
0,06509914

6. Quociente de recebimento para o exercício x4 = Média mensal de recebimentos do exercício x4 / Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício x4

- Quociente de recebimento para o exercício 2022 = $6.703.188,96 / 56.596.819,22 =$
0,11843756

7. (Quociente de recebimento para o exercício x1 + Quociente de recebimento para o exercício x2 + Quociente de recebimento para o exercício x3 + Quociente de recebimento para o exercício x4) / 4

- Quociente médio de recebimento = $(1,58932663 + 0,08031479 + 0,06509914 + 0,11843756) / 4$

- Quociente médio de recebimento = **0,46350727**

Assim sendo, o Quociente médio de recebimento utilizado na fórmula da Perda Estima é o **0,46350727**.

Considerando todos os cálculos utilizados acima, obteve-se o valor de **R\$ 2.015.059.627,51** (dois bilhões, quinze milhões, cinquenta e nove mil, seiscentos e vinte e sete reais e cinquenta e um centavos) de Perda Estimada, o que representa 53,65% da Dívida Ativa do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Em 2021 os cálculos apuraram o valor de R\$ 1.331.585.720,81 (bilhão) para os Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo. Considerando o valor contabilizado em 2021, foi feita uma contabilização, em 30/12/2022, no valor complementar de R\$ 683.473.906,70 (milhões) e somando os dois valores encontramos o valor de R\$ 2.015.059.627,51.

Ressalta-se que a fonte das informações supracitadas, referentes aos 'Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo' são provenientes do próprio Conselho Administrativo de Defesa Econômica."

Nota 03 – Imobilizado – BP

O Ativo Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos (tangíveis) – bens móveis e imóveis – destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. Inclusive, os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Em 31 de março de 2023, o MJSP registrou o valor contábil líquido de R\$ 7.568.148 mil dos bens móveis e imóveis, sendo 46,27% (R\$ 3.501.489 mil) em bens móveis e 53,73% (R\$ 4.066.659 mil) em bens imóveis, conforme demonstrado na "Tabela 03".

Cabe destacar, na análise horizontal dos bens imóveis, a efetiva diminuição de -98,45% em relação ao encerramento do exercício de 2022, ocasionada pela saída da Fundação Nacional do Índio – Funai da estrutura organização do MJSP a partir de 2023.

Tabela 03 – Imobilizado – composição

R\$ milhares

IMOBILIZADO	31/03/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Bens Móveis	3.501.489	3.720.812	46,27	(5,89)
Bens móveis - consolidação	4.793.781	5.037.597	63,34	(4,84)
Deprec., Exaustão e Amortiz Acumulada de bens móveis	(1.292.292)	(1.316.786)	(17,08)	(1,86)
Bens Imóveis	4.066.659	262.506.957	53,73	(98,45)
Bens imóveis - consolidação	4.070.656	262.510.983	53,79	(98,45)
Deprec., Exaustão e Amortiz Acumulada de bens imóveis	(3.997)	(4.026)	(0,05)	(0,72)
Total Bruto	8.864.437	267.548.580	117,13	(96,69)
Total Líquido	7.568.148	266.227.769	100,00	(97,16)

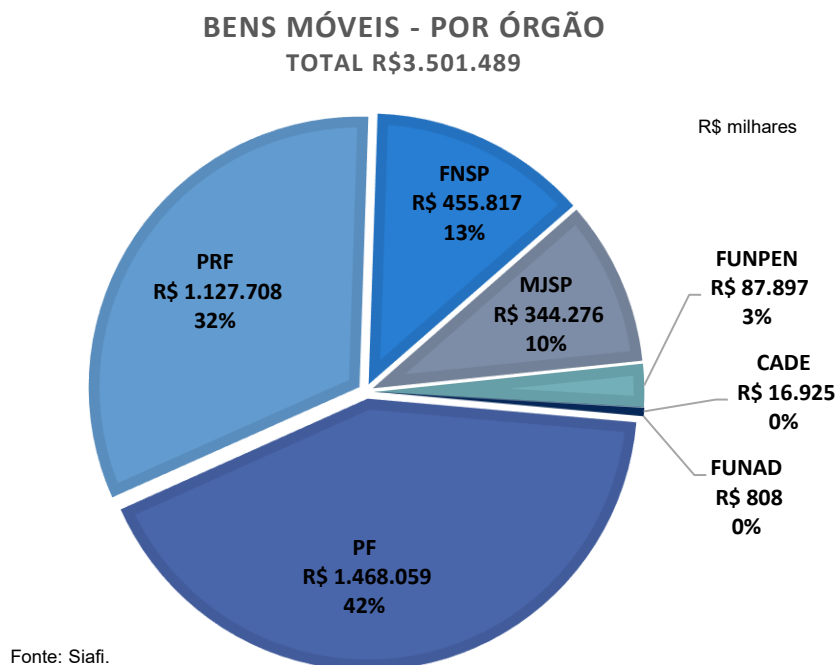
Fonte: Siafi.

Bens Móveis - Imobilizado

Os bens móveis que totalizaram, no primeiro trimestre de 2023, R\$ 3.501.489 mil, após a aplicação da depreciação, representaram 46,27% do total do imobilizado.

No que se refere aos órgãos vinculados ao MJSP, os bens móveis apresentaram a distribuição conforme a “Figura 04”. Destacaram-se a Polícia Federal - PF, com 41,93% (R\$ 1.468.059 mil) e a Polícia Rodoviária Federal - PRF, com 32,21% (R\$ 1.127.708 mil). Somando, ambas, 74,13% (R\$ 2.595.767 mil) do total dos bens móveis do MJSP.

Figura 04 – Bens Móveis – composição por órgão



Conforme destacado na “Tabela 04”, os veículos apresentaram, no primeiro trimestre de 2023, maior representatividade, correspondendo a 54,55% (R\$ 1.910.149 mil) do total da rubrica, seguido pelos bens de informática, com 24,05% (R\$ 842.084 mil) e máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas, representando 23,28% (R\$ 815.187 mil).

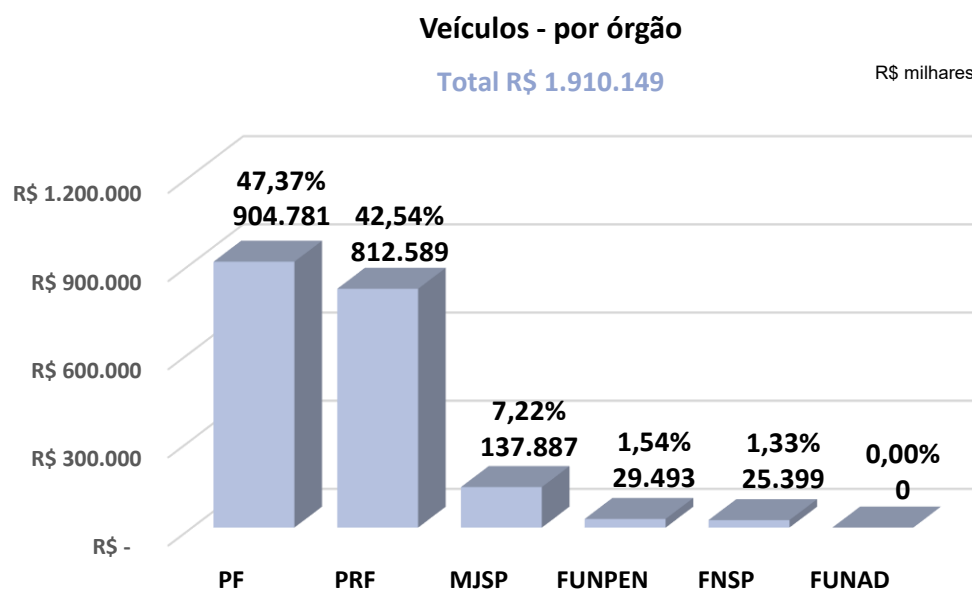
Tabela 04 – Composição dos Bens Móveis – por conta contábil

R\$ milhares

Descrição	31/03/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Veículos	1.910.149	1.989.648	54,55	(4,00)
Bens de Informática	842.084	895.978	24,05	(6,02)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	815.187	869.376	23,28	(6,23)
Bens Móveis em Almoxarifado	483.601	469.467	13,81	3,01
Móveis e Utensílios	209.225	244.894	5,98	(14,56)
Bens Móveis em Andamento	178.479	180.712	5,10	(1,24)
Armamentos	172.888	172.517	4,94	0,21
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	118.207	122.960	3,38	(3,87)
Demais Bens Móveis	62.927	79.053	1,80	(20,40)
Semoventes e Equipamentos de Montaria	1.033	12.933	0,03	(92,01)
Peças e Conjuntos de Reposição	-	59	0,00	(100,00)
Subtotal	4.793.781	5.037.597	136,91	(4,84)
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.292.292)	(1.316.786)	(36,91)	(1,86)
Total Líquido	3.501.489	3.720.812	100,00	(5,89)

Fonte: Siafi.

Na “Figura 05”, destacam-se a PF e a PRF, cujos órgãos possuem as maiores representações de veículos, os quais são utilizados sobretudo nas atividades inerentes à função policial.

Figura 05 – Veículos – por órgão

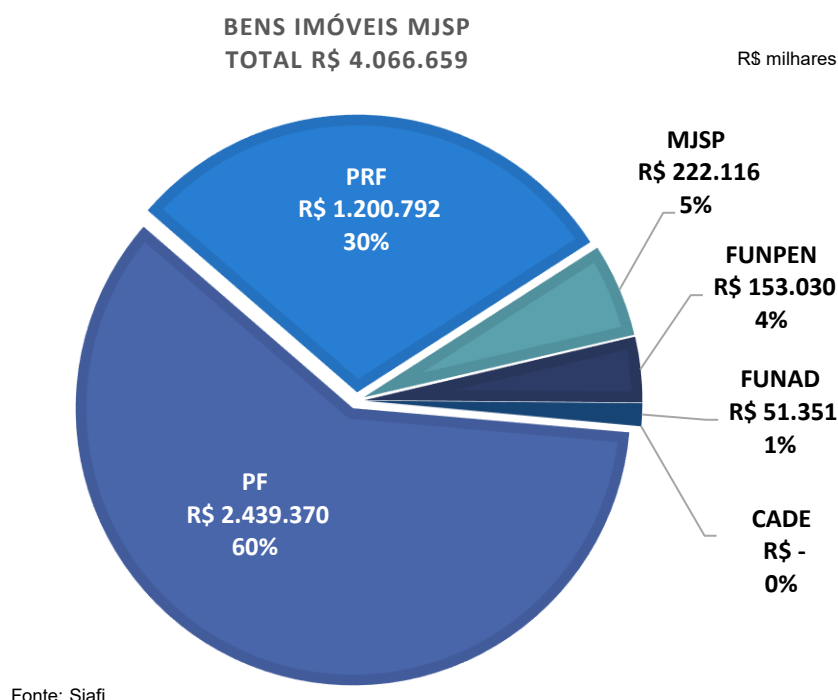
Fonte: Siafi.

Bens Imóveis – Imobilizado

Os bens imóveis do MJSP totalizaram R\$ 4.070.656 mil no 1º trimestre de 2023, representando 19,81% do total do Ativo. O saldo líquido contábil dos bens imóveis, aplicada a depreciação (a redução do valor de um bem pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência) e amortização (decorrente de benfeitorias em imóvel de terceiros cuja utilização se dá por prazo legal ou contratualmente limitado) acumuladas de -0,1% (R\$ -3.997 mil), foi de R\$ 4.066.659 mil.

Nesse contexto, destaca-se a PF pela alta representatividade entre os órgãos vinculados ao MJSP, com R\$ 2.439.370 mil (59,98%), conforme “Figura 06”.

Figura 06 – Bens Imóveis – por órgão



De acordo com a “Tabela 05”, os bens de uso especial, destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública, corresponderam a 84,23% do total dos bens imóveis, perfazendo o montante de R\$ 3.425.406 mil em 31/03/2023.

Tabela 05 – Composição dos Bens Imóveis – por conta contábil

R\$ milhares

Descrição	31/03/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	3.418.851	261.848.363	84,07	(98,69)
Bens Imóveis em Andamento	570.364	567.002	14,03	0,59
Instalações	48.848	58.297	1,20	(16,21)
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	13.192	13.099	0,32	0,71
Bens Dominicais Não Registrados no Siapa	12.543	12.742	0,31	(1,57)
Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUnet	6.555	10.912	0,16	(39,93)
Demais Bens Imóveis	303	568	0,01	(46,65)
Subtotal	4.070.656	262.510.983	100,10	(98,45)
Depreciação Acumulada - bens imóveis	(314)	(268)	(0,01)	17,40
Amortização Acumulada - bens imóveis	(3.683)	(3.758)	(0,09)	(2,01)
Total líquido	4.066.659	262.506.957	100,00	(98,45)

Fonte: Siafi.

Destaca-se, como demonstrado na “Tabela 06”, a rubrica Edifícios, representando 45,23% do total dos bens de uso especial do MJSP. Ressalta-se, ainda, a evidente redução, na análise horizontal, dos saldos da Funai, influenciada pela saída da estrutura organizacional do MJSP em 2023.

Nesse sentido, a redução de -64,66%, na análise da variação horizontal, da rubrica Edifícios do MJSP, se deveu pela saída do Arquivo Nacional – AN da estrutura do MJSP, em 2023.

Tabela 06 - Bens de Uso Especial – por tipo

R\$ milhares

BENS DE USO ESPECIAL	31/03/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Edifícios	1.549.462	1.880.368	45,23	(17,60)
PF	1.214.370	1.247.071	35,45	(2,62)
PRF	185.873	184.644	5,43	0,67
MJSP	148.107	419.055	4,32	(64,66)
FUNAD	776	776	0,02	0,00
FUNPEN	336	336	0,01	0,00
FUNAI	-	28.486	-	(100,00)
Terrenos, Glebas	891.438	1.807.062	26,02	(50,67)
PF	526.103	529.336	15,36	(0,61)
PRF	288.209	288.571	8,41	(0,13)
MJSP	58.680	58.680	1,71	0,00
FUNPEN	10.894	10.894	0,32	0,00
FUNAD	7.552	5.936	0,22	27,22
FUNAI	-	913.645	-	(100,00)
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	852.494	1.428.893	24,89	(40,34)
PF	459.232	459.232	13,41	0,00
PRF	329.826	329.826	9,63	0,00
FUNPEN	62.003	62.003	1,81	0,00
FUNAD	1.432	1.432	0,04	0,00
FUNAI	-	576.399	-	(100,00)
Complexos, Fábricas e Usinas	58.715	58.715	1,71	0,00
PF	46.101	46.101	1,35	0,00
PRF	12.614	12.614	0,37	0,00
Imóveis Residenciais e Comerciais	51.525	55.180	1,50	(6,62)
FUNAD	19.980	19.634	0,58	1,76
PRF	16.806	16.806	0,49	0,00
PF	14.738	14.504	0,43	1,61
FUNAI	-	4.234	-	(100,00)
Fazendas, Parques e Reservas	21.772	256.629.057	0,64	(99,99)
FUNAD	21.772	21.772	0,64	0,00
FUNAI	-	256.607.285	-	(100,00)
Total dos bens de uso especial	3.425.406	261.859.275	100,00	(98,69)

Fonte: Siafi.

O MJSP possui 99,81% (R\$ 3.418.851 mil) dos saldos dos bens de uso especial vinculados ao MJSP registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, que faz a gerência da utilização dos imóveis e possui vinculação com o Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi. Os bens de uso especial não registrados no SPIUnet, que representaram 0,19% (R\$ 6.555 mil), são caracterizados pelo cadastro apenas no Siafi. A ausência do registro no SPIUnet é causada pela imprecisa identificação do imóvel.

Tabela 07 - Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUnet – por órgão

R\$ milhares

BENS DE USO ESPECIAL	31/03/2023	AV (%)
Bens de uso especial registrados no SPIUnet	3.418.851	99,81
Bens de uso especial não registrados no SPIUnet	6.555	0,19
Edifícios	4.200	0,12
PRF Complexos, Fábricas e Usinas	919	0,03
Imóveis Residenciais e Comerciais	386	0,01
Outros Bens Imóveis	648	0,02
FUNPEN Outros Bens Imóveis	385	0,01
Edifícios	17	0,00
TOTAL	3.425.406	100,00

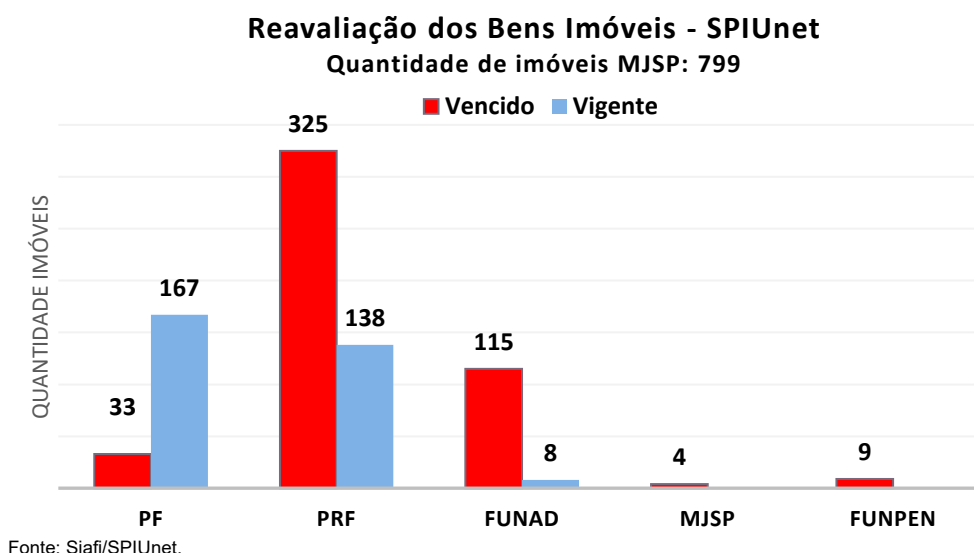
Fonte: Siafi.

O MJSP apresentou, no primeiro trimestre de 2023, 799 imóveis registrados no SPIUnet, distribuídos da seguinte forma: PRF, 463; PF, 200; Funad, 115; Funpen, 9; e MJSP, 4. A “Figura 07” representa a situação dos bens imóveis de uso especial registrados no SPIUnet, onde 39,17% (313 imóveis) da quantidade de imóveis

está com o prazo de validade vigente. Nesse sentido, 59,63% (R\$ 2.038.753 mil) do valor de utilização registrado no SPIUnet encontra-se vigente.

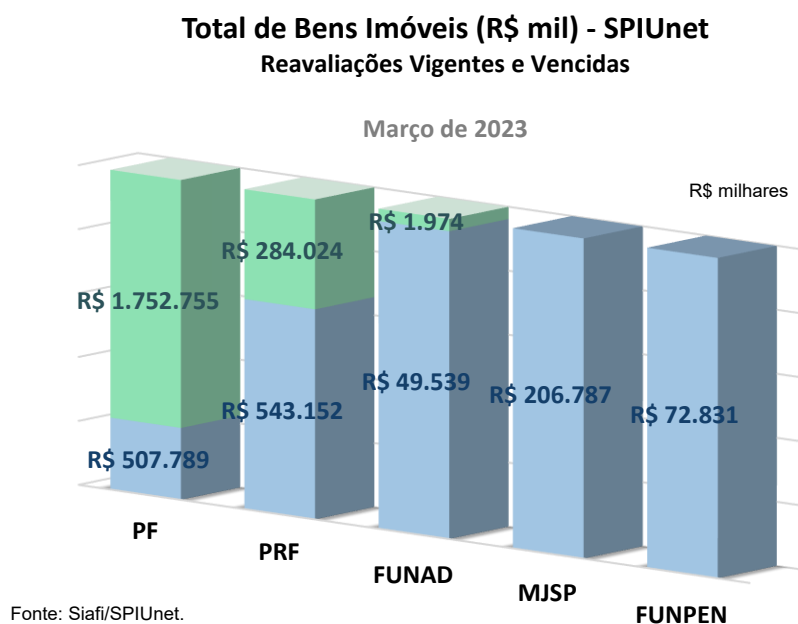
Os imóveis registrados no Funad são provenientes de apreensão ou de perdimento em favor da União. Para proceder à correta evidência nas contas contábeis, a unidade está em contato com os gestores da SPU, a fim de identificar melhor fluxo de informações entre as entidades e permitir a adequada compatibilização entre SPIUnet/SIAFI e GFUNAD, sistema de controle analítico de bens apreendidos, em uso pela SENAD.

Figura 07 – Reavaliação dos Bens Imóveis de uso especial registrados no SPIUnet



Na “Figura 08”, apresenta-se a evolução dos órgãos vinculados ao MJSP acerca dos valores correspondentes às reavaliações vigentes e vencidas. No primeiro trimestre de 2023, a consolidação dos saldos vencidos representou 40,37% (R\$ 1.380.098 mil) do valor total e os saldos vigentes 59,63% (R\$ 2.038.753 mil).

Figura 08 – Valores dos Bens Imóveis (R\$ mil) com as Reavaliações Vigentes e Vencidas



Nota 04 – Intangível – BP

No primeiro trimestre de 2023, os órgãos vinculados Polícia Federal e Ministério da Justiça totalizaram 97,90% (R\$ 326.085 mil) dos registros de “Softwares” evidenciados no Balanço Patrimonial; sendo 66,40% (R\$ 221.144 mil) na PF e 31,51% (R\$ 104.940 mil) no MJSP de softwares com vida útil definida e indefinida e em fase de desenvolvimento. Conforme pode-se observar na “Tabela 08” abaixo, apenas a Polícia Federal e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica apresentaram registros de amortizações dos referidos ativos.

Destaca-se que a Portaria ME nº 232, de 02 de junho de 2020, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas dependentes do Poder Executivo Federal, para o gerenciamento e controle dos acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos; o qual apresenta, entre outras soluções, a automatização dos registros de amortizações.

Para a implantação de tal sistema, portanto, tais órgãos vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública se manifestaram, mediante processo formal interno; sendo que, a maioria deles, apresentou um cronograma de implantação, iniciado em 2020; com exceção da Polícia Federal - PF e da Polícia Rodoviária Federal - PRF, que devido às especificidades desenvolvidas em suas atividades, apresentaram considerações quanto à utilização do referido sistema.

Ante o exposto, não foram identificadas evidências contábeis de que a implantação do SIADS está operando regularmente com relação às amortizações, no entanto, há previsões a curto prazo para a efetiva funcionalidade do sistema e consequentes ajustes dos registros contábeis de amortizações.

Tabela 08 – Intangível

R\$ milhares

Nome da Conta	Nome do Órgão	31/03/2023	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Softwares com vida útil definida	Ministério da Justiça e Segurança Pública	82.667	79.873	24,82	3,50
	Polícia Federal	59.116	54.904	17,75	7,67
	Conselho Administ. de Defesa Econômica	9.594	9.570	2,88	0,25
	Polícia Rodoviária Federal	1.997	1.997	0,60	0,00
	Fundo Penitenciário Nacional	1.510	1.510	0,45	0,00
	Fundo Nacional de Segurança Pública	710	710	0,21	0,00
	Fundação Nacional do Índio	-	6.281	-	-
	Total - Softwares com vida útil definida	155.594	154.845	46,72	0,48
Softwares com vida útil indefinida	Polícia Federal	124.328	137.872	37,33	(9,82)
	Ministério da Justiça e Segurança Pública	22.273	24.447	6,69	(8,89)
	Polícia Rodoviária Federal	21.528	21.525	6,46	0,01
	Conselho Administ. de Defesa Econômica	6.123	6.123	1,84	0,00
	Fundo Nacional de Segurança Pública	5.979	5.979	1,80	-
	Fundo Penitenciário Nacional	10	10	0,00	0,00
	Fundação Nacional do Índio	-	912	-	-
	Total - Softwares com vida útil indefinida	180.242	196.869	54,12	(8,45)
Softwares em fase de desenvolvimento	Polícia Federal	37.700	27.195	11,32	38,63
	Total - Softwares em fase de desenvolvimento	37.700	27.195	11,32	38,63
Concessão de Direito de Uso de Comunicação	Fundação Nacional do Índio	-	18	-	-
	Total - Concessão de dir. de uso de comunic.	-	18	-	-
Amortização Acumulada - Softwares com vida útil definida	Conselho Administ. de Defesa Econômica	(1.420)	(1.386)	(0,43)	2,44
	Polícia Federal	(39.052)	(34.601)	(11,72)	12,86
	Total - Amortização Acumulada	(40.471)	(35.987)	(12,15)	12,46
Total do Ativo Não Circulante - Intangível		333.065	342.939	100,00	(2,88)

Fonte: Siafi.

Nota 05 – Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo – BP

Tais obrigações, constituem-se em salários, remunerações, benefícios, férias, benefícios assistenciais e previdenciários, a pagar, dentre outros.

No 1º trimestre de 2023, restaram contabilizados R\$ 768.020 mil para despesas com pessoal, que representaram 56,31% do total do Passivo Exigível. As obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar em curto prazo e a participação dos órgãos vinculados ao MJSP são evidenciadas na "Tabela 09". Destaca-se a PF com 64,53% (R\$ 495.620 mil) de representatividade, seguida pela PRF com 28,07% (R\$ 215.582 mil).

Registra-se que a Funai não apresentou saldos em 2023, tendo em vista não mais compor a estrutura organizacional do MJSP.

Tabela 09 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por órgão

R\$ milhares

Descrição	31/03/2023	31/12/2022	AV %	AH %
Polícia Federal	495.620	506.704	64,53	(2,19)
Polícia Rodoviária Federal	215.582	275.860	28,07	(21,85)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	54.631	55.869	7,11	(2,21)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	2.185	2.109	0,28	3,61
Fundo Nacional de Segurança Pública	1	-	0,00	-
Fundação Nacional do Índio	-	39.246	-	(100,00)
Total	768.020	879.787	100,00	(12,70)

Fonte: Siafi.

Conforme apresentado na "Tabela 10", a rubrica Salários, Remunerações e Benefícios apresentou 70,03% (R\$ 537.850 mil) do total das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a curto prazo. A redução de 12,70% (-R\$ 111.767 mil) na análise horizontal foi impactada em 89,05% (-R\$ 99.523 mil). Sendo representada, nesse valor, em 53,93% (-R\$ 60.278 mil) pela PRF e 35,11% (-R\$ 39.246 mil) pela Funai.

Tabela 10 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. a Pagar a Curto Prazo – por tipo

R\$ milhares

Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo - POR TIPO	31/03/2023	31/12/2022	AV%	AH%
Salários, Remunerações e Benefícios	537.850	716.724	70,03	(24,96)
Férias a Pagar	122.136	145.647	15,90	(16,14)
Décimo Terceiro Salário a Pagar	98.330	-	12,80	100,00
Contribuição a Entidades de Previd. Complementar	3.405	3.887	0,44	(12,38)
Benefícios Previdenciários	3.125	3.410	0,41	(8,35)
Benefícios Assistenciais a Pagar	2.856	4.356	0,37	(34,45)
INSS - Contrib. s/ Salários e Remunerações - Intra	188	107	0,02	75,23
INSS - Contrib. s/ Salários e Remunerações	71	71	0,01	0,00
PSST - Contrib. s/ Vencimentos e Vantagens - Intra	40	-	0,01	100,00
FGTS	15	22	0,00	(31,39)
INSS - Contrib. s/ Serviços de Terceiros – Intra	6	65	0,00	(90,45)
INSS - Contrib. s/ Serviços de Terc./Contrib. Avulsos	-	26	0,00	(100,00)
Precatórios de Pessoal	-	5.473	0,00	(100,00)
Total Geral	768.020	879.787	100,00	(12,70)

Fonte: Siafi.

Nota 06 – Resultado de Exercícios Anteriores – BP

Na análise horizontal de "Resultado de Exercícios Anteriores" do Balanço Patrimonial, no primeiro trimestre de 2023 houve queda representativa de -93,21% (R\$ -255.668.910 mil) em relação a dezembro de 2022, justificada pela transferência de R\$ 258.317.813 mil da FUNAI para o Ministério dos Povos Indígenas (Decreto nº 11.355/2023).

Com relação ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, na análise vertical do Balanço Patrimonial, o saldo de "Resultado de Exercícios Anteriores" representou 90,68% (R\$ 18.631.707 mil), correspondente a superávits/déficits provenientes de exercícios anteriores, cuja composição por órgão vinculado ao MJSP pode-se observar a seguir na "Tabela 11".

Tabela 11 – Superávits ou Déficits Acumulados – composição por órgão

R\$ milhares

Resultado de Exercícios Anteriores	31/03/2023	31/12/2022	AV %	AH%
Superávits de Exercícios Anteriores				
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	5.386.418	4.200.655	28,91	28,23
Polícia Federal	4.836.530	4.496.475	25,96	7,56
Polícia Rodoviária Federal	2.477.601	2.267.531	13,30	9,26
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	1.918.728	1.077.417	10,30	78,09
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.331.667	1.168.450	7,15	13,97
Fundo Penitenciário Nacional	1.221.078	1.287.350	6,55	(5,15)
Fundo Nacional Antidrogas	737.512	566.606	3,96	30,16
Ministério da Justiça e Segurança Pública	635.322	831.468	3,41	(23,59)
Fundação Nacional do Índio	-	258.317.813	0,00	(100,00)
Subtotal (A)	18.544.857	274.213.766	99,53	(93,24)
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Intra OFSS				
Ministério da Justiça e Segurança Pública	86.876	86.876	0,47	0,00
Subtotal (B)	86.876	86.876	0,	0,00
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Inter Est.				
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	(25)	25	(0,00)	-
Subtotal (C)	(25)	25	(0,00)	-
Total (A+B+C)	18.631.707	274.300.617	100,00	(93,21)

Fonte: Siafi.

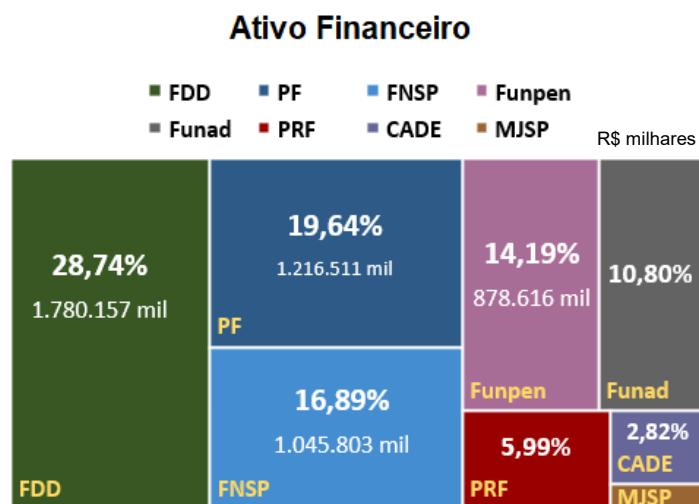
Nota 07 – Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – BP

Ativo Financeiro

Os "Ativos Financeiros", no primeiro trimestre de 2023, representaram 30,14% (R\$ 6.193.626 mil) do total de ativos (financeiros e permanentes); compreendendo numerário, créditos e valores realizáveis que não dependem de autorização orçamentária. Estão registrados, conforme apresentado na "Figura 09":

- 28,74% (R\$ 1.780.157 mil) no FDD;
- 19,64% (R\$ 1.216.511 mil) na PF;
- 16,89% (R\$ 1.045.803 mil) no FNSP;
- 14,19% (R\$ 878.616 mil) no Funpen;
- 10,80% (R\$ 668.894 mil) no Funad;
- 5,99% (R\$ 370.836 mil) na PRF;
- 2,82% (R\$ 174.740 mil) no CADE;
- 0,94% (R\$ 58.069 mil) no MJSP.

Figura 09 – Composição do Ativo Financeiro – por órgão



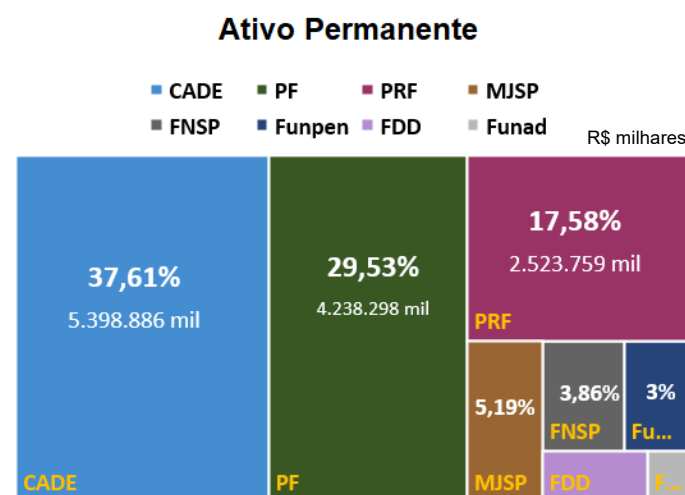
Fonte: Siafi.

Ativo Permanente

Os "Ativos Permanentes", no primeiro trimestre de 2023, com referência ao quarto trimestre de 2022, na análise horizontal, apresentaram queda representativa de 94,74% (R\$ 258.489.836 mil), justificada em 99,95% (R\$ 258.355.150 mil) pela transferência da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério dos Povos Indígenas ([Decreto nº 11.355/2023](#)).

Com relação à representação dos órgãos vinculados ao MJSP, na análise vertical, no primeiro trimestre de 2023, R\$ 14.353.189 mil referente ao "Ativo Permanente" foram assim registrados:

- a) 37,61% (R\$ 5.398.866 mil) no CADE;
- b) 29,53% (R\$ 4.238.298 mil) na PF;
- c) 17,58% (R\$ 2.523.759 mil) na PRF;
- d) 5,19% (R\$ 745.116 mil) no MJSP;
- e) 3,86% (R\$ 554.125 mil) no FNISP;
- f) 3,02% (R\$ 433.170 mil) no Funpen;
- g) 2,30% (R\$ 330.289 mil) no FDD; e
- h) 0,90% (R\$ 129.545 mil) no Funad.

Figura 10 – Composição do Ativo Permanente – por órgão

Fonte: Siafi.

Destaca-se que no CADE, o "Ativo Permanente" de R\$ 5.398.866 mil refere-se prioritariamente à registros contábeis relativos à dívida ativa não tributária e créditos a receber decorrentes de infrações legais e contratuais. Na PF e PRF, a composição desse grupo de contas refere-se sobretudo a bens móveis e imóveis dos respectivos órgãos.

Passivo Financeiro

No primeiro trimestre de 2023, o "Passivo Financeiro" representou 97,34% (R\$ 12.128.756 mil) do total dos passivos financeiros e permanentes, cuja composição por órgão encontra-se detalhada na "Tabela 12" a seguir.

Tabela 12 – Passivo Financeiro – composição total por órgão

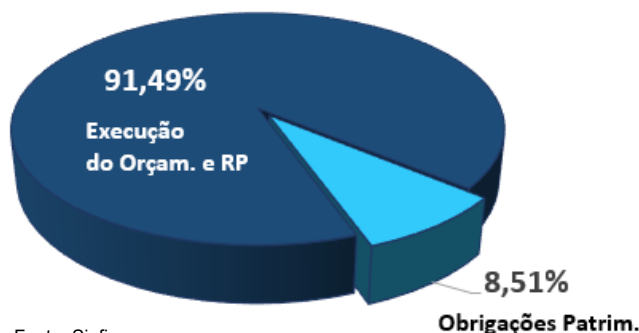
R\$ milhares

<i>Passivo Financeiro - por órgão</i>	31/03/2023	31/12/2022	AV% (MAR/2023)	AH%
Polícia Federal	4.781.461	936.227	39,42	410,72
Polícia Rodoviária Federal	4.465.949	716.801	36,82	523,04
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.135.066	975.364	9,36	16,37
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.021.544	770.269	8,42	32,62
Fundo Penitenciário Nacional	646.816	711.549	5,33	-9,10
Fundo Nacional Antidrogas	39.916	42.967	0,33	-7,10
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	26.650	42.545	0,22	-37,36
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	11.352	9.889	0,09	14,80
Fundação Nacional do Índio		104.863	0,00	-100,00
Total Geral	12.128.756	4.310.475	100,00	181,38

Fonte: Siafi.

Os compromissos registrados como passivos financeiros subdividem-se entre execução de orçamento e de restos a pagar e obrigações patronais, cujas representações constam na “Figura 11”.

Figura 11 – Composição do Passivo Financeiro



Fonte: Siafi.

Passivo Financeiro – execução do orçamento e de restos a pagar (contas 62 e 63)

Os passivos financeiros/ orçamentários relativos à execução do orçamento e de restos a pagar representaram 91,49% (R\$ 11.096.403 mil) do total do Passivo Financeiro no primeiro trimestre de 2023. Sua distribuição por órgão, detalhada na “Tabela 13”, ocorreu da seguinte forma:

- a) 38,66% (R\$ 4.289.759 mil) na PF;
- b) 37,05% (R\$ 4.111.649 mil) na PRF;
- c) 9,07% (R\$ 1.006.802 mil) no FNSP;
- d) 9,06% (R\$ 1.005.363 mil) no MJSP;
- e) 5,51% (R\$ 610.881 mil) no Funpen;
- f) 0,36% (R\$ 39.894 mil) na Funad;
- g) 0,20% (R\$ 22.145 mil) no FDD; e
- h) 0,09% (R\$ 9.910 mil) no CADE.

Ressalta-se que, do referido montante, 77,29% (R\$ 8.575.936 mil) foram decorrentes de créditos empenhados a liquidar.

Tabela 13 – Passivo Financeiro – execução do orçamento e de restos a pagar (contas 62 e 63)

R\$ milhares

<i>Passivo Financeiro - por órgãos e grupos de contas</i>	31/03/2023	31/12/2022	AV% (MAR/2023)	AH%
Polícia Federal	4.289.759	469.391	38,66	813,90
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	300.060	-	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	4.029.400	-	36,31	-
RP Não Processados a Liquidar	149.888	166.546	1,35	(10,00)
RPNP a Liquidar Bloqueados – Decreto 11.380/23	110.471	-	1,00	-
RPNP a Liquidar – Excetuados ao 7º Art. 83 LDO/22	-	2.786	-	(100,00)
Polícia Rodoviária Federal	4.111.649	325.776	37,05	1.162,11
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	271.368	-	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	3.892.090	-	35,08	-
RP Não Processados a Liquidar	199.587	53.906	1,80	270,25
RPNP a Liquidar Bloqueados – Decreto 11.380/23	19.971	-	0,18	-
RPNP a Liquidar – Excetuados ao 7º Art. 83 LDO/22	-	502	-	(100,00)
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.006.802	758.927	9,07	32,66
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	509.426	-	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	332.773	-	3,00	-
RP Não Processados a Liquidar	674.029	132.213	6,07	409,81
RPNP a Liquidar – Excetuados ao 7º Art. 83 LDO/22	-	117.289	-	(100,00)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.005.363	918.925	9,06	9,41
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	301.767	-	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	262.460	-	2,37	-

RP Não Processados a Liquidar	726.354	514.978	6,55	41,05
RPNP a Liquidar Bloqueados – Decreto 11.380/23	16.549		0,15	-
RPNP a Liquidar – Excetuados �7� Art. 83 LDO/22	-	102.180	-	(100,00)
Fundo Penitenciário Nacional	610.881	584.830	5,51	4,45
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	209.367	-	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	53.760	-	0,48	-
RP Não Processados a Liquidar	557.122	323.799	5,02	72,06
RPNP a Liquidar – Excetuados �7� Art. 83 LDO/22	-	51.664	-	(100,00)
Fundo Nacional Antidrogas	39.894	42.967	0,36	(7,15)
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	33.760	-	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	588	-	0,01	-
RP Não Processados a Liquidar	39.306	9.207	0,35	326,92
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	22.145	39.934	0,20	(44,55)
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	13.060	-	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	-	-	-	-
Crédito Empenhado a Liquidar	22.145	6.292	0,20	251,96
RP Não Processados a Liquidar	-	20.582	-	(100,00)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	9.910	8.709	0,09	13,79
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	-	-	-
Crédito Empenhado a Liquidar	4.865	-	0,04	-
RP Não Processados a Liquidar	5.045	1.632	0,05	209,05
Fundação Nacional do �ndio	-	74.011	-	(100,00)
Crédito a Liquidar Inscrito em RPNP	-	49.556	-	(100,00)
Crédito Empenhado a Liquidar	-	-	-	-
RP Não Processados a Liquidar	-	24.455	-	(100,00)
Total Geral	11.096.403	3.223.471	100,00	244,24

Fone: Siafi.

Passivo Financeiro – obrigações patrimoniais (contas 21 e 22)

Os passivos financeiros referentes às obrigações patrimoniais, representaram 8,51% (R\$ 1.032.352 mil) do Passivo Financeiro no primeiro trimestre de 2023, assim registrados:

- 47,63% (R\$ 491.702 mil) na PF;
- 34,32% (R\$ 354.300 mil) na PRF;
- 12,56% (R\$ 129.704 mil) no MJSP;
- 3,48% (R\$ 35.935 mil) no Funpen; e
- 2,00% (R\$ 20.712 mil) nos demais órgãos do MJSP.

Conforme pode-se observar, os  rg os PF, PRF e MJSP totalizaram 94,51% (R\$ 975.706 mil) do montante das referidas obrigações patrimoniais.

Destaca-se que os “Salários, Remunerações e Benefícios” representaram 52,10% (R\$ 537.848 mil) das obrigações patrimoniais.

Tabela 14 – Passivo Financeiro – obrigações patrimoniais (contas 21 e 22)

R\$ milhares

Passivo Financeiro - por órgãos e grupos de contas representativas	31/03/2023	31/12/2022	AV % (MAR/2023)	AH%
Polícia Federal	491.702	466.835	47,63	5,33
Salários, Remunerações e Benefícios	298.287	383.077	28,89	-22,13
Polícia Rodoviária Federal	354.300	391.025	34,32	-9,39
Salários, Remunerações e Benefícios	211.882	271.855	20,52	-22,06
Ministério da Justiça e Segurança Pública	129.704	56.439	12,56	129,81
Salários, Remunerações e Benefícios	26.898	37.657	2,61	-28,57
Fundo Penitenciário Nacional	35.935	126.719	3,48	-71,64
Fundo Nacional de Segurança Pública	14.742	11.342	1,43	29,98
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	4.505	2.611	0,44	72,52
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	1.443	1.180	0,14	22,28
Salários, Remunerações e Benefícios	782	888	0,08	-11,97

Fundo Nacional Antidrogas	22	-	0,00	0,00
Fundação Nacional do Índio	-	30.852	0,00	-100,00
Salários, Remunerações e Benefícios	-	23.210	0,00	-100,00
Total Geral	1.032.352	1.087.002	100,00	-5,03

Fonte: Siafi.

Passivo Permanente

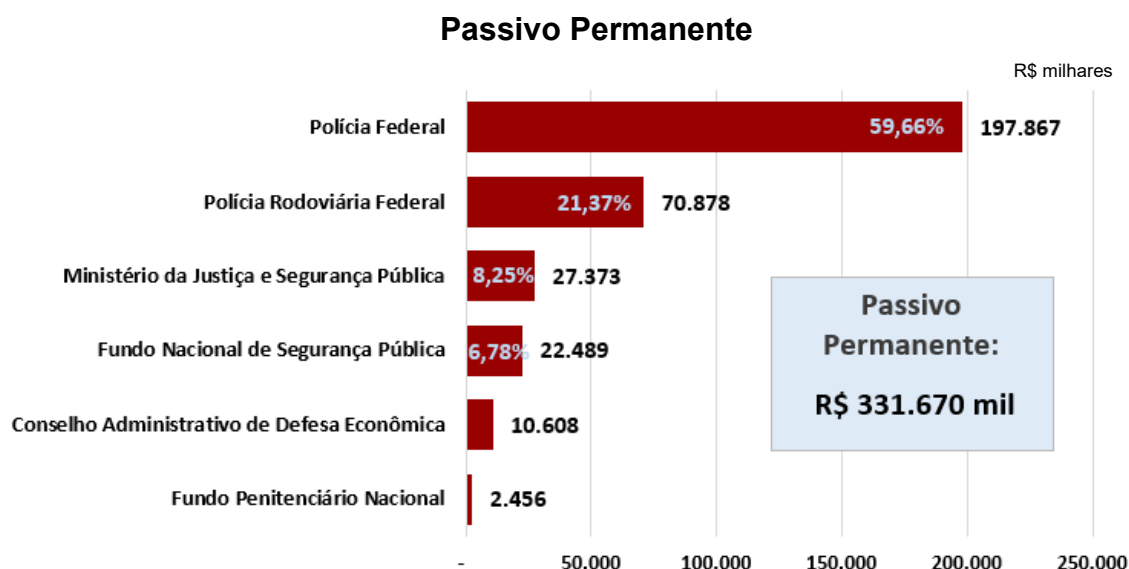
No primeiro trimestre de 2023, na composição do Passivo Permanente – R\$ 331.670 mil, destaca-se a representação da PF, totalizando 59,66% (R\$ 197.867 mil); sendo R\$ 191.748 mil, ou seja, 57,81% do referido montante, decorrente de décimo terceiro salário a pagar e férias a pagar. A PRF totalizou 21,37% (R\$ 70.878 mil); sendo 21,14% (R\$ 70.126 mil) referente às transferências financeiras a comprovar – TED. Ambos os órgãos somaram 81,03% do Passivo Permanente. Observa-se a distribuição por órgão na "Tabela 15".

Tabela 15 – Passivo Permanente – composição por órgão

R\$ milhares				
Passivo Permanente – por órgão	31/03/2023	31/12/2022	AV% (MAR/2023)	AH%
Polícia Federal	197.867	122.852	59,66	61,06
Polícia Rodoviária Federal	70.878	67.792	21,37	4,55
Ministério da Justiça e Segurança Pública	27.373	26.184	8,25	4,54
Fundo Nacional de Segurança Pública	22.489	21.898	6,78	2,70
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	10.608	10.476	3,20	1,26
Fundo Penitenciário Nacional	2.456	2.456	0,74	0,00
Fundação Nacional do Índio	-	35.059	-	-100,00
Total Geral	331.670	286.717	100,00	31,79

Fonte: Siafi.

Figura 12 – Composição do Passivo Permanente – por órgão



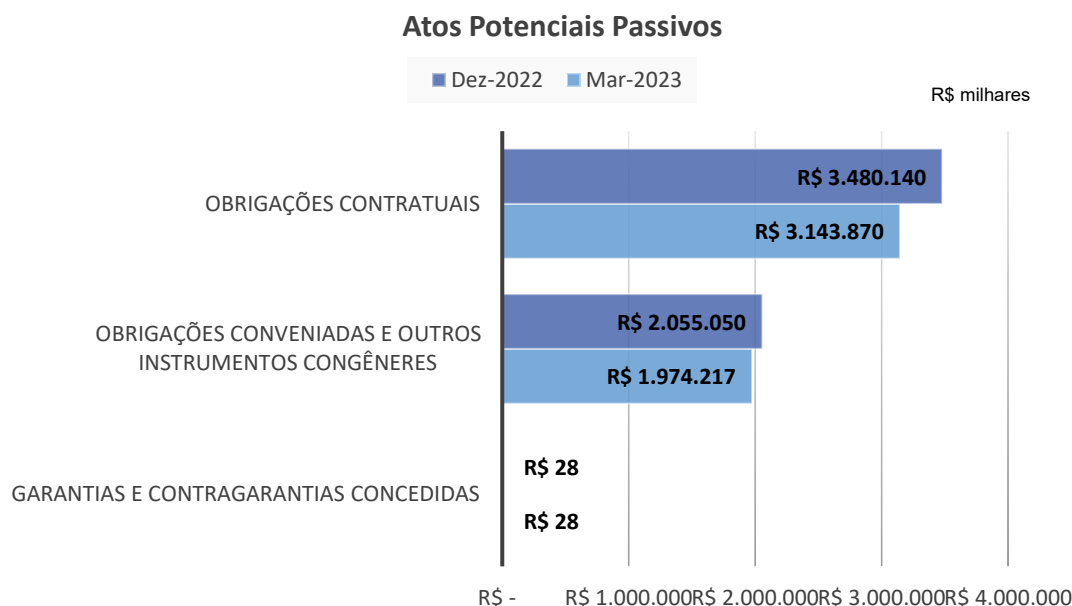
Fonte: Siafi.

Nota 08 – Quadro de Compensações – Atos Potenciais Passivos – BP

São representados pela execução dos atos e fatos que possam vir a aumentar o passivo ou diminuir o ativo da entidade governamental. Contemplam os registros dos valores dos convênios e outros instrumentos congêneres firmados entre entidades e os registros provenientes dos valores de obrigações contratuais em que a administração pública é a contratante.

No 1º trimestre de 2023, os Atos Potenciais Passivos apresentaram saldo de R\$ 5,12 bilhões, sendo, desse valor, 61,43% (R\$ 3.143.870 mil) relativo à rubrica Obrigações Contratuais e 38,57% (R\$ 1.974.217 mil) de Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres.

Figura 13 – Atos Potenciais Passivos – por item



Fonte: Siafi.

A rubrica Obrigações Contratuais contempla os contratos em que a administração pública participa como contratante. Na “Tabela 16”, os contratos de serviços apresentaram maior representatividade, 61,48% (R\$ 1.932.814 mil) dos contratos em execução, seguidos dos contratos de fornecimentos de bens por terceiros à administração pública, com 33,77% (R\$ 1.061.586 mil).

Tabela 16 - Obrigações Contratuais – por modalidade

R\$ milhares

Obrigações contratuais – por modalidade	31/03/2023	31/12/2022	AV %	AH %
Contratos de Serviços	1.932.814	2.202.972	61,48	(12,26)
Contratos de Fornecimento de Bens	1.061.586	1.103.869	33,77	(3,83)
Contratos de Aluguéis	141.862	165.471	4,51	(14,27)
Contratos de Seguros	6.558	6.675	0,21	(1,76)
Acordo Transf. Recursos p/Org. Internacionais	1.050	1.050	0,03	0,00
Execução de Contrato de Gestão	-	103	0,00	(100,00)
Total	3.143.870	3.480.140	100,00	(9,66)

Fonte: Siafi.

Na “Tabela 17”, referente ao primeiro trimestre de 2023, destaca-se a PF com 54,21% (R\$ 1.704.173 mil) das obrigações contratuais. Desse valor, 68,18% (R\$ 1.161.873 mil) trata dos contratos de serviços em que a PF é a contratante.

Na análise horizontal, a redução de 9,66% na conta contábil Obrigações Contratuais, foi impactada, principalmente, pela saída da Funai da estrutura organizacional do MJSP.

Tabela 17 - Obrigações Contratuais – por órgão contratante

R\$ milhares

Obrigações contratuais – por órgão contratante	31/03/2023	31/12/2022	AV %	AH %
PF	1.704.173	1.794.115	54,21	(5,01)
FNSP	484.918	491.625	15,42	(1,36)
PRF	412.174	397.243	13,11	3,76
MJSP	330.594	337.000	10,52	(1,90)
FUNPEN	110.200	87.766	3,51	25,56
CADE	91.139	75.272	2,90	21,08
FDD	10.672	10.787	0,34	(1,07)
FUNAI	-	286.333	0,00	(100,00)
Total	3.143.870	3.480.141	100,00	(9,66)

Fonte: Siafi.

Em seguida, a “Tabela 18” apresenta os 10 (dez) contratados com os valores mais expressivos, representando 38,80% (R\$ 1.219.939 mil) em relação ao total das obrigações contratuais.

Tabela 18 - Obrigações Contratuais – por contratado

R\$ milhares

Obrigações contratuais – por contratado	31/03/2023	AV %
Casa da Moeda do Brasil CMB	343.939	10,94
General Motors do Brasil Ltda	242.101	7,70
Serpro - Sede - Brasília	183.825	5,85
Iafis Systems do Brasil Eireli	109.692	3,49
Multibrasil Construção Ltda	85.249	2,71
Antonio Amaral Vilas Boas Neto	81.860	2,60
Caixa Econômica Federal	56.238	1,79
Companhia Brasileira de Cartuchos	39.862	1,27
Santiago & Cintra Consultoria Ltda	39.853	1,27
Ford Motor Company Brasil Ltda	37.320	1,19
Demais saldos (2.267 contratados)	1.923.931	61,20
Total	3.143.870	100,00

Fonte: Siafi.

Apresenta-se, na “Tabela 19”, a composição do saldo da conta contábil Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres. Destaca-se o MJSP, com 40,25% (R\$ 794.691 mil) na Execução de Convênios e Outros Instrumentos Congêneres e o FDD, com 10,58% (R\$ 208.787 mil) na execução dos Termos de Execução Descentralizada.

Tabela 19 - Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres – por modalidade

R\$ milhares

Conta contábil	31/03/2023	31/12/2022	AV %	AH %
Execução de Convênios e Outros Instrumentos Congêneres	1.665.141	1.721.989	84,34	(3,30)
MJSP	794.691	812.659	40,25	(2,21)
FUNPEN	545.186	584.242	27,62	(6,68)
FNSP	244.133	231.352	12,37	5,52
FUNAD	48.623	50.976	2,46	(4,62)
FDD	32.509	38.200	1,65	(14,90)
FUNAI	0	4.559	0,00	(100,00)
Termo de Execução Descentralizada	309.077	333.061	15,66	(7,20)
FDD	208.787	220.564	10,58	(5,34)
FNSP	32.575	37.780	1,65	(13,78)
FUNAD	23.378	23.453	1,18	(0,32)
PF	18.938	20.072	0,96	(5,65)
PRF	10.817	11.370	0,55	(4,86)
FUNPEN	5.139	9.505	0,26	(45,93)
MJSP	4.778	5.651	0,24	(15,45)
CADE	4.664	4.664	0,24	0,00
Total	1.974.217	2.055.050	100,00	(3,93)

Fonte: Siafi.

Nota 09 – Pessoal e Encargos – DVP

No primeiro trimestre de 2023, a rubrica "Pessoal e Encargos" apresentou 15,28% (R\$ 1.944.937 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo representada, em maior proporção, pelos gastos com pessoal e encargos alusivos à Polícia Federal, que apresentou 57,67% (R\$ 1.121.619 mil) e pela Polícia Rodoviária Federal, com 36,62% (R\$ 712.176 mil). Somando, ambas, 94,29% (R\$ 1.833.796 mil), conforme "Tabela 20".

Nesse sentido, os órgãos referenciados representaram, na conta Remuneração a Pessoal, 72,95% (R\$ 1.418.758 mil) do saldo da rubrica Pessoal e Encargos. O maior destaque ocorreu na PF, com 45,22% (R\$ 879.573 mil) em relação ao total da rubrica.

Cabe informar que a Funai apresentou os saldos zerados em 2023, tendo em vista não mais compor a estrutura organizacional do MJSP.

Tabela 20 – Pessoal e Encargos – Por Órgão

	R\$ milhares			
Pessoal e Encargos	31/03/2023	31/03/2022	AV (%)	AH (%)
Polícia Federal	1.121.619	1.044.800	57,67	7,35
Benefícios a Pessoal	42.855	34.285	2,20	25,00
Encargos Patronais	189.994	192.336	9,77	(1,22)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	9.197	3.492	0,47	163,39
Remuneração a Pessoal	879.573	814.687	45,22	7,96
Polícia Rodoviária Federal	712.176	755.117	36,62	(5,69)
Benefícios a Pessoal	46.939	54.406	2,41	(13,72)
Encargos Patronais	125.561	123.479	6,46	1,69
Outras VPD - Pessoal e Encargos	491	627	0,03	(21,67)
Remuneração a Pessoal	539.186	576.605	27,72	(6,49)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	107.821	110.137	5,54	(2,10)
Benefícios a Pessoal	8.680	7.357	0,45	17,98
Encargos Patronais	13.011	12.880	0,67	1,02
Outras VPD - Pessoal e Encargos	4.651	4.279	0,24	8,68
Remuneração a Pessoal	81.479	85.621	4,19	(4,84)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	3.318	3.408	0,17	(2,66)
Benefícios a Pessoal	164	140	0,01	17,67
Encargos Patronais	337	387	0,02	(12,94)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	123	249	0,01	(50,46)
Remuneração a Pessoal	2.693	2.632	0,14	2,29
Fundo Penitenciário Nacional	3	0	0,00	-
Encargos Patronais	3	0	0,00	-
Fundação Nacional do Índio	-	59.153	-	(100,00)
Benefícios a Pessoal	-	2.816	-	(100,00)
Encargos Patronais	-	8.088	-	(100,00)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	-	217	-	(100,00)
Remuneração a Pessoal	-	48.031	-	(100,00)
Total Geral	1.944.937	1.972.615	100,00	(1,40)

Fonte: Siafi.

Na "Tabela 21", a rubrica Benefícios a Pessoal, que compreende o valor total das variações patrimoniais diminutivas com benefícios a servidor público, representou 5,07% (R\$ 98.639 mil) do saldo da conta contábil Pessoal e Encargos. Destaca-se, a PRF, nas contas Auxílio-Alimentação, com 18,36% (R\$ 18.113 mil); e Indenização por Trabalho em Período de Repouso, com 12,71% (R\$ 12.540 mil). E a PF, nas contas Auxílio-Alimentação, com 20,82% (R\$ 20.536 mil); e Indenização – Repressão Delitos Fronteiriços, com 10,00% (R\$ 9.862 mil).

A PF apresentou, ainda, na conta contábil Auxílio-Moradia RPPS, variação horizontal em relação ao exercício anterior, um aumento de 1.522,81% (R\$ 3.566 mil), que foi impactado na apropriação do auxílio-moradia aos adidos, em 95,21% (R\$ 3.395 mil).

Tabela 21 – Benefícios a Pessoal

	R\$ milhares			
Benefícios a Pessoal	31/03/2023	31/03/2022	AV (%)	AH (%)
Polícia Rodoviária Federal	46.939	54.406	47,59	(13,72)
Auxílio Alimentação	18.113	18.095	18,36	0,10
Indenização por Trabalho em Período de Repouso	12.540	18.483	12,71	(32,16)
Indenização - Repressão Delitos Fronteiriços	10.785	9.470	10,93	13,88
Auxílio Creche	2.938	2.726	2,98	7,79
Auxílio Transporte	1.268	752	1,29	68,65
Retribuição em Serviços no Exterior	597	177	0,61	238,11
Sentenças Judiciais	520	4.504	0,53	(88,46)
Auxílio Moradia RPPS	102	125	0,10	(18,02)
Outros Benefícios a Pessoal - RPPS	76	74	0,08	3,07
Polícia Federal	42.855	34.285	43,45	25,00
Auxílio Alimentação	20.536	19.023	20,82	7,95
Indenização - Repressão Delitos Fronteiriços	9.862	8.168	10,00	20,75
Retribuição em Serviços no Exterior	5.874	3.921	5,96	49,82
Auxílio Moradia RPPS	3.566	220	3,62	1.522,81
Auxílio Creche	2.214	2.218	2,24	(0,21)
Auxílio Transporte	620	661	0,63	(6,17)
Ajuda de Custo	105	-	0,11	100,00
Sentenças Judiciais	78	75	0,08	3,90
Ministério da Justiça e Segurança Pública	8.680	7.357	8,80	17,98
Auxílio Alimentação	3.329	3.211	3,37	3,69
Auxílio Transporte	3.064	2.214	3,11	38,42
Ajuda de Custo	1.322	575	1,34	129,94
Auxílio Creche	518	503	0,52	2,88
Auxílio Moradia RPPS	325	250	0,33	29,87
Retribuição em Serviços no Exterior	47	18	0,05	170,86
Outros Benefícios a Pessoal - RGPS	41	-	0,04	100,00
Outros Benefícios a Pessoal - RPPS	34	587	0,03	(94,18)
Fundação Nacional do Índio	-	2.816	-	(100,00)
Auxílio Alimentação	-	2.309	-	(100,00)
Auxílio Transporte	-	209	-	(100,00)
Auxílio Creche	-	161	-	(100,00)
Auxílio Moradia RPPS	-	85	-	(100,00)
Sentenças Judiciais	-	52	-	(100,00)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	164	140	0,17	17,67
Auxílio Alimentação	101	104	0,10	(2,88)
Auxílio Moradia RGPS	23	-	0,02	100,00
Auxílio Creche	14	13	0,01	9,67
Ajuda de Custo	13	-	0,01	100,00
Auxílio Moradia RPPS	8	8	0,01	-
Auxílio Transporte	6	15	0,01	(63,08)
Total Geral	98.639	99.004	100,00	(0,37)

Fonte: Siafi.

Nota 10 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – DVP

No âmbito do MJSP, representam as aposentadorias, pensões e outros benefícios de caráter contributivo, assegurados pela previdência social com o objetivo de garantir meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada e tempo de serviço ou garantir renda aos dependentes do segurado falecido.

No primeiro trimestre de 2023, a conta contábil Benefícios Previdenciários e Assistenciais, representou 8,57% (R\$ 1.090.240 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas. Sendo, o seu saldo, composto pelas rubricas Aposentadorias, Pensões e Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais, conforme “Tabela

22".

Destaca-se, de acordo com a "Tabela 22", as aposentadorias abrangidas pelo RPPS (Regime Próprio da Previdência Social), que é específico para servidores públicos concursados, titulares de cargo efetivo, com 71,10% (R\$ 775.117 mil) e as pensões civis, igualmente abrangidas pelo RPPS, pagas aos dependentes, com 25,22% (R\$ 274.928 mil).

Tabela 22 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – por conta contábil

R\$ milhares				
Conta contábil	31/03/2023	31/03/2022	AV (%)	AH (%)
Aposentadorias e Reformas	775.117	837.754	71,10	(7,48)
Proventos - Pessoal Civil	734.662	763.284	67,39	(3,75)
13º Salário - Pessoal Civil 16/91	35.364	67.252	3,24	(47,42)
Gratificações	3.321	5.531	0,30	(39,95)
Sentenças Judiciais - Aposentadorias RPPS	986	906	0,09	8,87
Demais Vantagens Pecuniárias	784	776	0,07	0,99
Complementação de Aposentadoria Pessoal Civil	-	5	0,00	(100,00)
Pensões	291.412	297.052	26,73	(1,90)
Pensões Civis	274.928	280.925	25,22	(2,13)
13º Salário - Pessoal Civil - Pensionistas	13.107	15.877	1,20	(17,44)
Complementação de Pensões Pessoal Civil	2.966	-	0,27	100,00
Sentenças Judiciais - Pensões RPPS	265	101	0,02	161,83
Outras Pensões	128	137	0,01	(6,40)
Pensões Indenizatórias - Legislação Especial	17	12	0,00	35,83
13º Salário - Pessoal Militar - Pensionistas	1	-	0,00	100,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	23.711	23.299	2,17	1,77
Assistência à Saúde	21.623	21.265	1,98	1,69
Auxílio-Funeral	1.123	1.342	0,10	(16,35)
Salário-Família	895	623	0,08	43,61
Auxílio-Natalidade	70	69	0,01	1,92
Total Geral	1.090.240	1.158.105	100,00	(5,86)

Fonte: Siafi.

A seguir, a "Tabela 23" evidencia a variação patrimonial diminutiva em relação aos órgãos vinculados ao MJSP. Destacam-se a PF que apresentou 57,04% (R\$ 621.836 mil), seguida pela PRF, com 40,14% (R\$ 437.631 mil).

Ressalta-se, ainda, que a diminuição de -5,86% na variação horizontal, foi impactado, principalmente, pela ausência, em 2023, dos saldos da Funai, que não mais compõe a estrutura organizacional do MJSP.

Tabela 23 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais – por órgão

R\$ milhares				
Órgão	31/03/2023	31/03/2022	AV (%)	AH (%)
PF	621.836	614.448	57,04	1,20
Aposentadorias e Reformas	448.496	443.585	41,14	1,11
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	10.799	10.919	0,99	(1,10)
Pensões	162.541	159.945	14,91	1,62
PRF	437.631	461.818	40,14	(5,24)
Aposentadorias e Reformas	309.514	338.051	28,39	(8,44)
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	11.593	11.106	1,06	4,38
Pensões	116.524	112.661	10,69	3,43
MJSP	30.572	34.900	2,80	(12,40)
Aposentadorias e Reformas	16.927	20.999	1,55	(19,39)
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.298	649	0,12	99,93
Pensões	12.347	13.252	1,13	(6,83)
CADE	202	238	0,02	(15,45)
Aposentadorias e Reformas	180	216	0,02	(16,43)
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	21	23	0,00	(6,18)
FUNAI		46.700	0,00	(100,00)
Aposentadorias e Reformas	-	34.903	0,00	(100,00)
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	603	0,00	(100,00)
Pensões	-	11.194	0,00	(100,00)
Total Geral	1.090.240	1.158.105	100,00	(5,86)

Fonte: Siafi.

Nota 11 – Demais Receitas Patrimoniais – BO

No 1º trimestre de 2023, a rubrica Demais Receitas Patrimoniais representou 45,48% (R\$ 703.824 mil) em relação ao total das receitas correntes realizadas. A totalidade do saldo abarca receita de concursos de prognósticos, que são todos e quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípias, geridos pela Caixa Econômica Federal. Essas receitas são previstas no Capítulo III da Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018, onde também são estabelecidos os percentuais de destinação do produto da arrecadação de acordo com o tipo de loteria.

Em destaque na “Tabela 24”, o Fundo Nacional de Segurança Pública representou 90,16% (R\$ 634.582) das “Demais Receitas Patrimoniais”, sendo 88,47% (R\$ 622.686 mil) decorrentes de loteria de prognósticos numéricos.

Tabela 24 – Demais Receitas Patrimoniais – por órgão

R\$ milhares

Receita Orçamentária Líquida Realizada	31/03/2023	AV (%)
Fundo Nacional de Segurança Pública	634.582	90,16
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	622.686	88,47
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	6.386	0,91
Participação da União em Receita de Loteria Federal	3.209	0,46
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	2.301	0,33
Fundo Penitenciário Nacional	69.242	9,84
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	67.245	9,55
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	1.277	0,18
Participação da União em Receita de Loteria Federal	520	0,07
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	200	0,03
Total	703.824	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 12 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO

No 1º trimestre de 2023, as receitas realizadas registradas na rubrica contábil “Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais” apresentou o saldo de 27,64% (R\$ 427.716 mil) em relação ao total das receitas correntes realizadas. Conforme “Tabela 25” destaca-se a PRF, com 69,69% (R\$ 298.095 mil) das receitas realizadas, seguida pelo FDD, com 27,47% (R\$ 117.487 mil).

Tabela 25 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – por órgão

R\$ milhares

Receita Orçamentária Líquida – por órgão	31/03/2023	AV (%)
Polícia Rodoviária Federal	298.095	69,69
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	117.487	27,47
Polícia Federal	7.216	1,69
Fundo Penitenciário Nacional	4.705	1,10
Fundo Nacional de Segurança Pública	128	0,03
Fundo Nacional Antidrogas	85	0,02
Total	427.716	100,00

Fonte: Siafi.

A receita líquida orçamentária relativa à rubrica Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, arrecadadas pela PRF, representaram 69,37% (R\$ 296.719 mil) do total da receita orçamentária, contabilizada em “Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais”, conforme evidenciado na “Tabela 26”. Nesse sentido, as Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos, arrecadadas pelo FDD, representaram 27,47% (R\$ 117.487 mil) e têm por finalidade promover ações de reparação e de prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

A PRF e o FDD somaram 97,16% (R\$ 415.582 mil) das receitas correntes relativas à conta contábil Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais.

Tabela 26 - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – por conta contábil

R\$ milhares

Receita Orçamentária Líquida – conta contábil	31/03/2023	AV (%)
Multas Previstas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB	296.719	69,37
Polícia Rodoviária Federal	296.719	69,37
Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	117.487	27,47
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	117.487	27,47
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	4.705	1,10
Fundo Penitenciário Nacional	4.705	1,10
Multas Previstas em Legislação Específica	8.642	2,02
Polícia Federal	7.156	1,67
Polícia Rodoviária Federal	1.287	0,30
Fundo Nacional de Segurança Pública	128	0,03
Fundo Nacional Antidrogas	70	0,02
Multas Previstas na Legislação Antidrogas	75	0,02
Polícia Federal	60	0,01
Fundo Nacional Antidrogas	15	0,00
Multas e Juros Previstos em Contratos	89	0,02
Polícia Rodoviária Federal	89	0,02
Total	427.716	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 13 – Resultado Orçamentário – BO

O Resultado Orçamentário é o confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada. O resultado orçamentário do MJSP, de R\$ -10.390.052 mil, no primeiro trimestre de 2023, foi impactado em 54,45% (R\$ -5.657.591 mil) pela PF e em 46,62% (R\$ -4.844.061 mil) pela PRF, conforme demonstrado na "Tabela 27" abaixo. Ambos os órgãos somaram 101,07% (R\$ -10.501.652 mil) do déficit apresentado pelo MJSP.

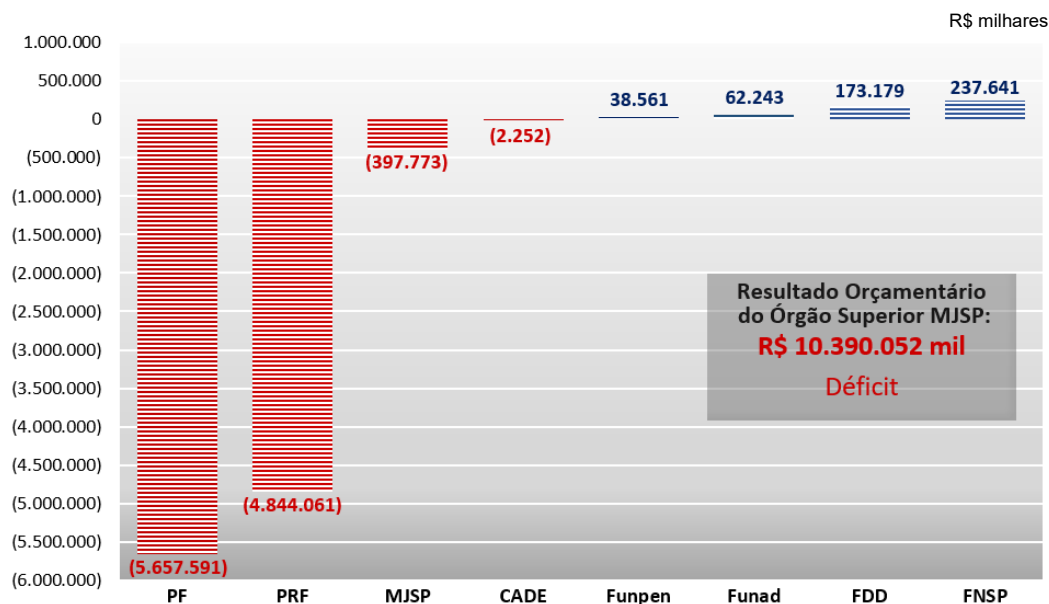
Tabela 27 – Resultado Orçamentário

R\$ milhares

Órgão	Receita Orçamentária (Líquida)	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário	AV%
Polícia Federal	227.391	5.884.983	(5.657.591)	54,45
Polícia Rodoviária Federal	304.964	5.149.025	(4.844.061)	46,62
Ministério da Justiça e Segurança Pública	811	398.583	(397.773)	3,83
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	10.542	12.793	(2.252)	0,02
Fundo Penitenciário Nacional	108.405	69.845	38.561	(0,37)
Fundo Nacional Antidrogas	62.905	663	62.243	(0,60)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	173.179	0	173.179	(1,67)
Fundo Nacional de Segurança Pública	661.643	424.001	237.641	(2,29)
Total	1.549.840	11.939.892	(10.390.052)	100,00

Fonte: Siafi.

Figura 14 – Resultado Orçamentário – por órgão



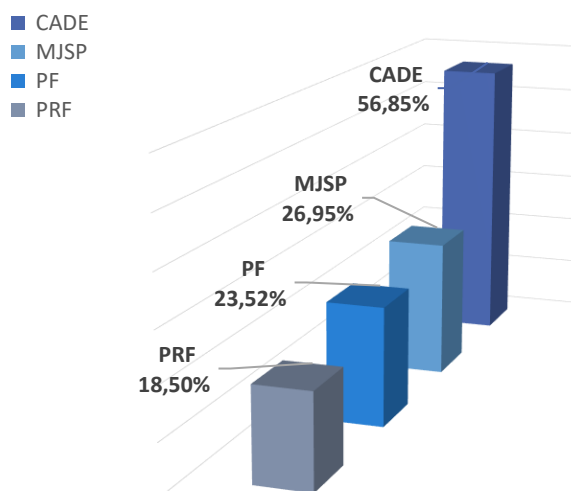
Fonte: Siafi.

Nota 14 – Pessoal e Encargos Sociais – BO

No primeiro trimestre de 2023, do total das despesas empenhadas R\$ 10.451.198 mil com "Pessoal e Encargos Sociais, 21,35% (R\$ 2.231.316 mil) foram efetivamente pagas, podendo ser verificado na "Tabela 28". O percentual das despesas pagas em relação ao empenhado, de cada órgão, são evidenciados pela "Figura 15", onde destaca-se o Cade, com 56,85% de execução, seguido pelo MJSP, com 26,95%.

Figura 15 – Execução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão

Execução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais Por órgão vinculado ao MJSP



Fonte: Siafi.

Na "Tabela 28", pode-se verificar que a rubrica Vencimentos e Vantagens Fixas apresentou maior percentual de execução das despesas, com 25,07% e, também, o maior volume empenhado, com 43,72% em relação às demais despesas.

Em relação ao volume de despesas empenhadas, a PRF foi responsável pelo maior volume, com 22,88% (R\$ 2.391.371 mil), seguida pela PF, com 19,34% (R\$ 2.021.645 mil). Nesse sentido, ambos os órgãos somaram 42,22% (R\$ 4.413.016 mil) do total das despesas empenhadas.

Tabela 28 – Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão

CONTA CONTÁBIL	DESPESA EMPENHADA	AV (%)	DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	DESPESA LIQUIDADA A PAGAR	DESPESA LIQUIDADA PAGA	AV (%)	R\$ milhares EXECUÇÃO (%)
Vencimentos e Vantagens Fixas	4.569.581	43,72	3.072.947	351.220	1.145.414	51,33	25,07
PRF	2.391.371	22,88	1.814.885	136.122	440.364	19,74	18,41
PF	2.021.645	19,34	1.176.021	196.799	648.825	29,08	32,09
MJSP	153.383	1,47	81.294	17.668	54.422	2,44	35,48
CADE	3.182	0,03	748	631	1.803	0,08	56,66
Aposentadorias e Pensões	4.340.163	41,53	3.324.587	266.348	749.227	33,58	17,26
PF	2.420.023	23,16	1.856.617	145.341	418.065	18,74	17,28
PRF	1.802.183	17,24	1.377.931	112.039	312.213	13,99	17,32
MJSP	117.726	1,13	89.982	8.910	18.835	0,84	16,00
CADE	231	0,00	58	58	115	0,01	50,00
Obrigações Patronais	1.436.778	13,75	1.119.110	105	317.562	14,23	22,10
PF	858.073	8,21	676.282	55	181.737	8,14	21,18
PRF	553.533	5,30	430.492	-	123.041	5,51	22,23
MJSP	24.859	0,24	12.309	-	12.550	0,56	50,49
CADE	312	0,00	27	51	234	0,01	75,09
Outras Despesas	104.676	1,00	76.148	9.416	19.112	0,86	18,26
PF	51.412	0,49	35.328	6.223	9.861	0,44	19,18
MJSP	32.276	0,31	27.927	1.698	2.652	0,12	8,22
PRF	20.590	0,20	12.765	1.417	6.408	0,29	31,12
CADE	399	0,00	129	78	191	0,01	48,02
Total Geral	10.451.198	100,00	7.592.793	627.090	2.231.316	100,00	21,35

Fonte: Siafi.

Nota 15 – Outras Despesas Correntes – BO

Representam as despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa e dependem de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para serem efetivadas.

No primeiro trimestre de 2023, a rubrica Outras Despesas Correntes correspondeu a 14,00% (R\$ 363.478 mil) das despesas pagas do balanço orçamentário. Esse valor representou, ainda, 3,04% da execução das despesas empenhadas, que somaram R\$ 11.939.892 mil. Conforme "Tabela 29", destacou-se o Cade com o maior percentual de execução, 50,55% (R\$ 4.269 mil). Por outro lado, a PF apresentou o maior valor empenhado, 37,00% (R\$ 532.276 mil) do total da referida rubrica.

Tabela 29 – Execução de Outras Despesas Correntes – por órgão

ÓRGÃO	DESPESA EMPENHADA	AV (%)	DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	DESPESA EM LIQUIDAÇÃO	DESPESA LIQUIDADA A PAGAR	DESPESA EMPENHADA LIQUIDADA PAGA	AV (%)	R\$ milhares EXECUÇÃO
PF	532.276	37,00	283.983	27	97.368	150.898	41,51	28,35
FNSP	394.755	27,44	303.527	-	318	90.910	25,01	23,03
PRF	364.795	25,36	240.696	10	37.374	86.715	23,86	23,77
FUNPEN	69.312	4,82	53.276	-	648	15.388	4,23	22,20
MJSP	68.225	4,74	48.835	-	4.166	15.223	4,19	22,31
CADE	8.444	0,59	3.678	-	498	4.269	1,17	50,55
FUNAD	663	0,05	588	-	-	75	0,02	11,26
Total Geral	1.438.471	100,00	934.584	38	140.371	363.478	100,00	25,27

Fonte: Siafi.

Na “Tabela 30”, observa-se que a conta contábil Diárias no País representou o maior percentual pago até o primeiro trimestre de 2023, com 32,55% (R\$ 118.295 mil). Nesse sentido, destaca-se, como na “Figura 16”, o FNISP, com 64,94% (R\$ 76.817 mil) da execução da despesa “Diárias no país”.

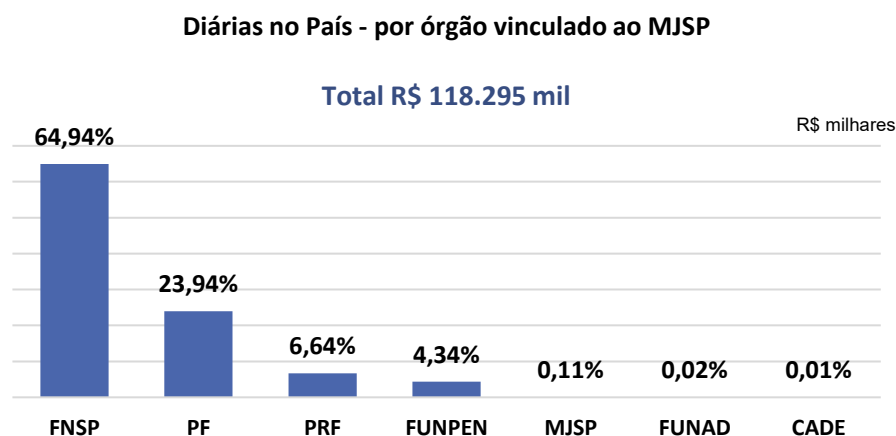
Tabela 30 – Execução de Outras Despesas Correntes – por natureza de despesa

R\$ milhares

Natureza de Despesa Detalhada	Despesa Empenhada Liquidada Paga	AV (%)
Diárias no país	118.295	32,55
Auxílio-alimentação civis	27.987	7,70
Ressarcimento assistência médica/odontológica	14.754	4,06
Repressão Delitos Fronteiriços	13.552	3,73
Locação de imóveis	12.319	3,39
Serviços gráficos e editoriais	11.015	3,03
Diárias a Colaboradores Eventuais no País	9.532	2,62
Apoio administrativo, técnico e operacional	9.441	2,60
Indenizações	9.348	2,57
Combustíveis e lubrificantes automotivos	8.212	2,26
Demais despesas	129.025	35,50
Total Geral	363.478	100,00

Fonte: Siafi.

Figura 16 – Outras Despesas Correntes – Diárias no País – por órgão vinculado



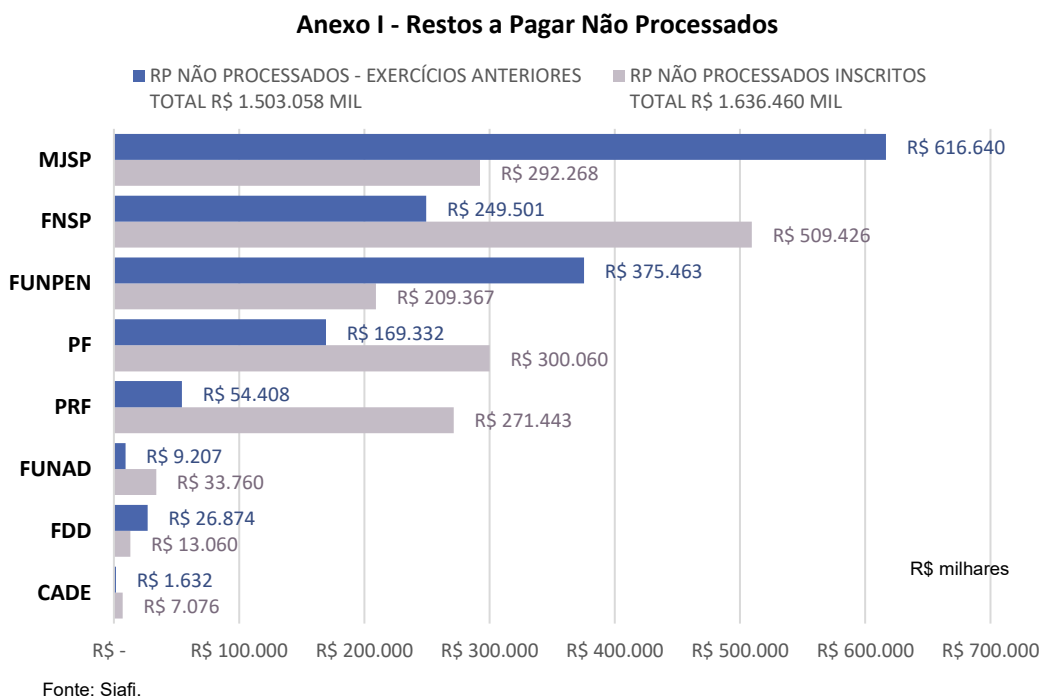
Fonte: Siafi.

Nota 16 – Restos a Pagar – Anexos – BO

Compõem o balanço orçamentário o quadro de Execução dos Restos a Pagar Não Processados – RPNP que evidenciam as despesas orçamentárias dos restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução e os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência; e o quadro de Execução dos Restos a Pagar Processados – RPP que trata dos restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior, nas respectivas fases de execução e os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

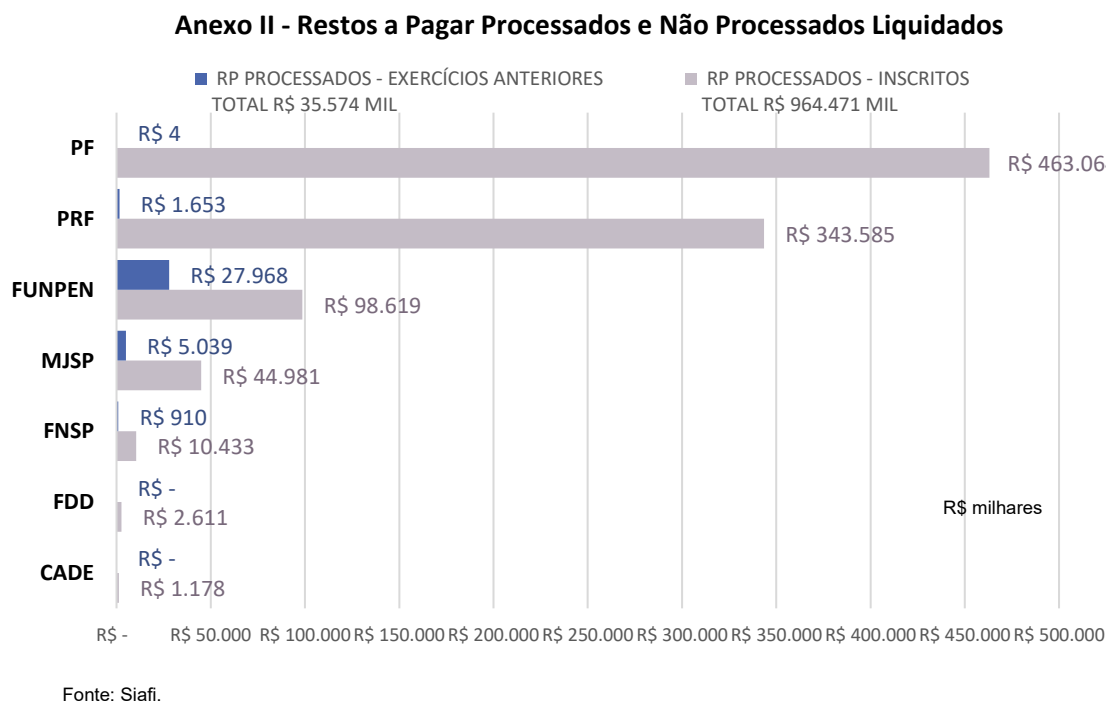
Ao final do primeiro trimestre de 2023, apresentaram na rubrica Restos a Pagar Não Processados, “Figura 17”, o MJSP com os valores mais representativos, R\$ 616.640 mil e R\$ 292.268 mil, e o FNISP, com R\$ 249.501 mil e R\$ 509.426 mil, respectivamente, RPNP de Exercícios Anteriores e RPNP Inscritos.

Figura 17 – Restos a Pagar Não Processados – por órgão



Na “Figura 18” são demonstrados, por órgão vinculado, os saldos de restos a pagar até 31 de março de 2023 da rubrica Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados. Destacaram-se, com maior representatividade dos saldos referentes aos RPP Inscritos, a PF com R\$ 463.064 mil e a PRF que apresentou saldo de R\$ 343.585 mil.

Figura 18 – Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados – por órgão



Nota 17 – Transferências Intragovernamentais – BF

O Balanço Financeiro apresentado neste relatório inclui as operações entre as unidades integrantes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União no MJSP. Portanto, quando se aplica as regras de consolidação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, excluindo as referidas operações na extração desse demonstrativo contábil, os saldos das Transferências Intragovernamentais Recebidas e Concedidas apresentam variações significativas, cujas diferenças estão detalhadas na “Tabela 31”, quanto aos ingressos, e na “Tabela 32”, quanto aos dispêndios das referidas transferências.

Tabela 31 – Transferências Financeiras Recebidas – Balanço Financeiro

R\$ milhares

Ingressos						
ESPECIFICAÇÃO	31/03/2023 (A: Sem Consolidação)	AV%	31/03/2023 (B: Com Consolidação)	AV%	31/03/2023 (A-B)	AV%
Transferências Financeiras Recebidas	11.977.880	100,00	4.249.751	100,00	7.728.129	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	10.790.352	90,09	3.888.091	91,49	6.902.261	89,31
Cota Recebida	3.888.091	32,46	3.888.091	91,49	0	0,00
Repasse Recebido	3.691.625	30,82	0	0,00	3.691.625	47,77
Sub-repasse Recebido	3.190.733	26,64	0	0,00	3.190.733	41,29
Repasse Devolvido	19.550	0,16	0	0,00	19.550	0,25
Sub-repasse Devolvido	353	0,00	0	0,00	353	0,00
Independentes da Execução Orçamentária	1.187.528	9,91	361.660	8,51	825.868	10,69
Transf. Recebidas para Pagamento de RP	1.060.689	8,86	345.729	8,14	714.961	9,25
Demais Transferências Recebidas	44.763	0,37	15.931	0,37	28.831	0,37
Movimentação de Saldos Patrimoniais	82.076	0,69	0	0,00	82.076	1,06

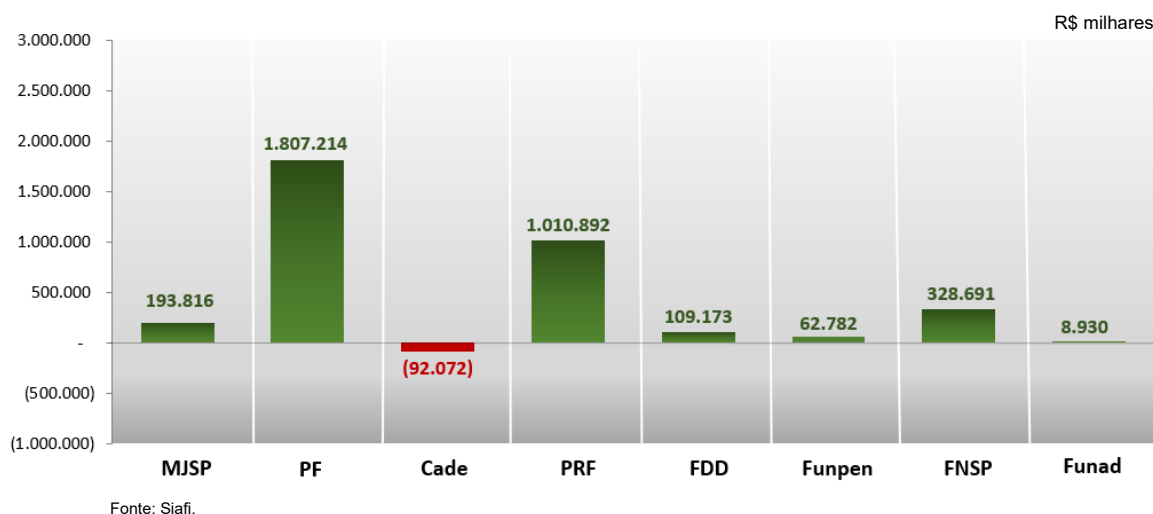
Tabela 32 – Transferências Financeiras Concedidas – Balanço Financeiro

R\$ milhares

Dispêndios						
ESPECIFICAÇÃO	31/03/2023 (A: Sem Consolidação)	AV%	31/03/2023 (B: Com Consolidação)	AV%	31/03/2023 (A-B)	AV%
Transferências Financeiras Concedidas	8.548.454	100,00	820.325	100,00	7.728.129	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	6.966.984	81,50	64.723	7,89	6.902.261	89,31
Repasse Concedido	3.732.748	43,67	41.123	5,01	3.691.625	47,77
Sub-repasse Concedido	3.199.332	37,43	8.599	1,05	3.190.733	41,29
Cota Devolvida	15.000	0,18	15.000	1,83	0	0,00
Repasse Devolvido	19.550	0,23	0	0,00	19.550	0,25
Sub-repasse Devolvido	353	0,00	0	0,00	353	0,00
Independentes da Execução Orçamentária	1.581.470	18,50	755.602	92,11	825.868	10,69
Transf. Concedidas para Pgto. de RP	714.961	8,36	0	0,00	714.961	9,25
Demais Transferências Concedidas	28.831	0,34	0	0,00	28.831	0,37
Movimento de Saldos Patrimoniais	837.678	9,80	755.602	92,11	82.076	1,06

Fonte: Siafi.

O saldo final das Transferências Intragovernamentais, apresentadas por órgão, no Balanço Financeiros deste relatório (sem consolidação), estão demonstrados na “Figura 19” a seguir.

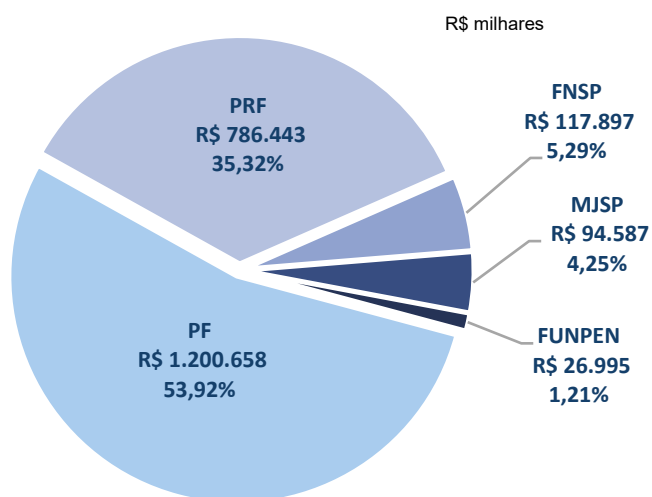
Figura 19 – Saldo Final das Transferências Intragovernamentais (sem consolidação)

Nota 18 – Segurança Pública – DFC

Na estrutura das Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC), os fluxos de caixa operacionais consolidados do setor público em sentido amplo proporcionam uma indicação da medida do volume de recursos que o governo vem financiando suas atividades correntes por meio da tributação e outras cobranças.

Os dispêndios relacionados à Segurança Pública, que compõe a rubrica Pessoal e Demais Despesas, representaram 17,16% (R\$ 2.226.579 mil), no 1º trimestre de 2023, do total dos desembolsos apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC).

A PF e a PRF compreenderam, respectivamente, 53,92% (R\$ 1.200.658 mil) e 35,32% (R\$ 786.443 mil), somando 89,24% (R\$ 1.987.101 mil) do total dos desembolsos, conforme apresentado na "Figura 20".

Figura 20 - Segurança Pública - Desembolsos - por órgão

Fonte: Siafi.

Os subsídios, tipo de remuneração dos servidores policiais fixada em parcela única e com previsão legal no art.144, §9º da CF, representaram 56,08% (R\$ 1.248.747 mil) da totalidade dos desembolsos que integraram a rubrica Segurança Pública, conforme "Tabela 33".

Tabela 33 – Desembolsos – Pessoal e Demais Despesas – Segurança Pública

								R\$ milhares
Natureza da Despesa	PF (%)	PRF (%)	FNSP (%)	MJSP (%)	FUNPEN (%)	FUNAD (%)	Total (%)	Total (R\$)
Subsídios	32,91	23,17	-	0,00	-	-	56,08	1.248.747
Demais desembolsos	21,01	12,15	5,29	4,25	1,21	-	43,92	977.832
Total	53,92	35,32	5,29	4,25	1,21	-	100,00	2.226.579

Fonte: Siafi.

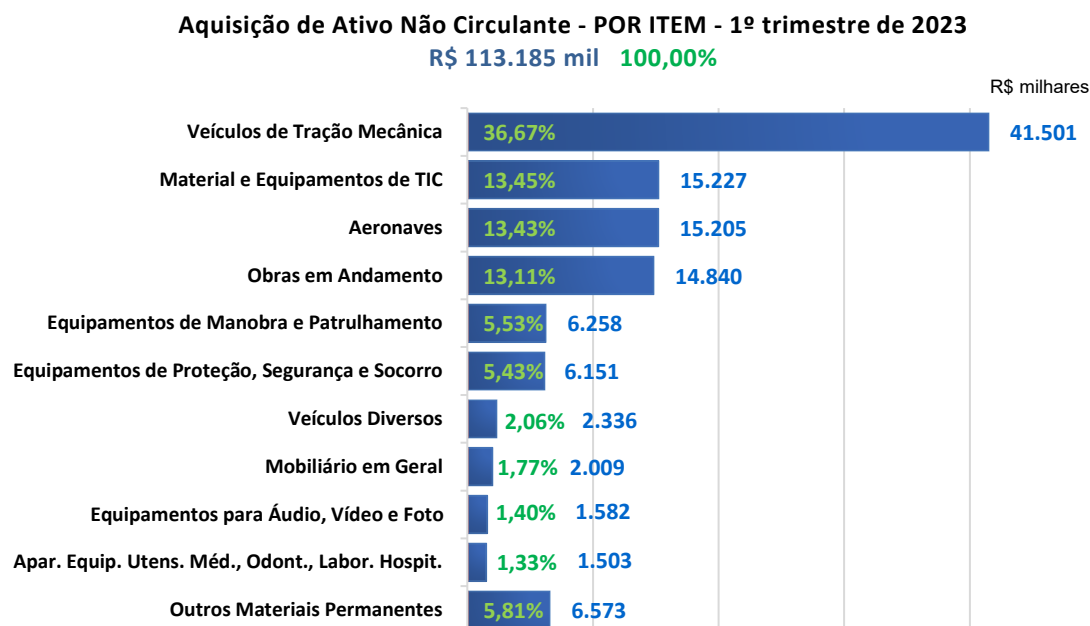
Nota 19 – Aquisição de Ativo não Circulante – DFC

As aquisições de Ativo não Circulante, registradas nas DFCs, integraram, no primeiro trimestre de 2023, 90,29% (R\$ 113.185 mil) dos desembolsos do total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento. Representam as aquisições de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa, realizadas com a finalidade de contribuir para a futura prestação de serviços pela entidade.

Na “Figura 21”, pode-se observar a composição por item do Ativo Não Circulante, assim registrados:

- a) 36,67% (R\$ 41.501 mil) de Veículos de Tração Mecânica, sendo 98,53% (R\$ 40.889 mil) registrados na PF;
- b) 13,45% (R\$ 15.227 mil) de Material e Equipamentos de TIC, sendo 84,10% (R\$ 12.806 mil) registrados na FNSP e 8,92% (R\$ 1.359 mil) registrados na PF, totalizando 93,03% (R\$ 14.165 mil) de representação do montante do referido item;
- c) 13,43% (R\$ 15.205 mil) de Aeronaves, sendo 89,21% (R\$ 13.564 mil) registrados no FNSP e 8,37% (R\$ 1.273 mil) na PF, totalizando 97,58% (R\$ 14.837 mil) do montante do referido item;
- d) 13,11% (R\$ 14.840 mil) de Obras em Andamento, sendo 52,36% (R\$ 7.770 mil) registrados na PRF e 36,64% (R\$ 5.437 mil) na PF, totalizando 88,99% (R\$ 13.207 mil) do montante do referido item;
- e) 5,53% (R\$ 6.258 mil) de Equipamentos de Manobra e Patrulhamento, sendo 82,02% (R\$ 5.133 mil) registrados na PRF e 17,98% (R\$ 1.125 mil) na PF, totalizando 100% do montante do referido item;
- f) 5,43% (R\$ 6.151 mil) de Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro, sendo 72,30% (R\$ 4.448 mil) registrados na PF e 26,21% (R\$ 1.612 mil) no FNSP, totalizando 98,51% (R\$ 6.060 mil) do montante do referido item;
- g) 2,06% (R\$ 2.336 mil) de Veículos Diversos, sendo 99,78% (R\$ 2.331 mil) registrados na PRF;
- h) 1,77% (R\$ 2.009 mil) de Mobiliário Geral, sendo 43,46% (R\$ 873 mil) registrados na PF e 31,70% (R\$ 637 mil) registrados na PRF, totalizando 75,16% (R\$ 1.510 mil) do montante do referido item;
- i) 1,40% (R\$ 1.582 mil) de Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto, sendo 64,78% (R\$ 1.025 mil) registrados na PF e 20,05% (R\$ 317 mil) registrados no FUNPEN, totalizando 84,83% (R\$ 1.342 mil) do montante do referido item;
- j) 1,33% (R\$ 1.503 mil) de Aparelhos, Equipamentos, Utensílios Médicos, Odontológicos, Laborat. e Hospitalares, sendo 98,38% (R\$ 1.479 mil) registrados na PF; e
- k) 5,81% (R\$ 6.573 mil) de Outros Materiais Permanentes.

Figura 21 – Aquisição de Ativo não Circulante – por item

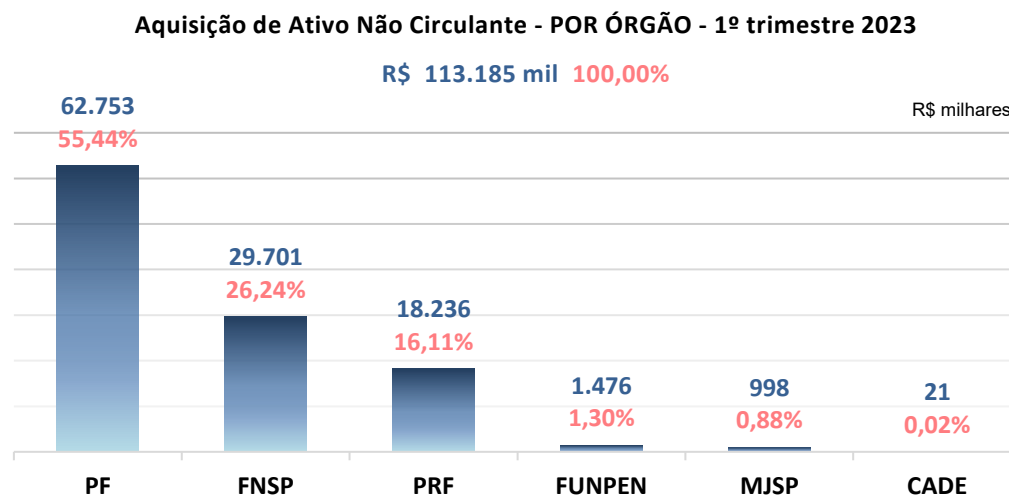


Fonte: Siafi.

Na "Figura 22", evidencia-se o impacto de cada órgão na rubrica Aquisição de Ativo Não Circulante; sendo 55,44% (R\$ 62.753 mil) da PF, 26,24% (R\$ 29.701 mil) do FNSP, 16,11% (R\$ 18.236 mil) da PRF e 2,20% (R\$ 2.495 mil) dos demais órgãos.

Destaca-se, portanto, que a PF, FNSP e PRF totalizaram 97,79% (R\$ 110.690 mil) da representação no referido grupo de contas.

Figura 22 – Aquisição de Ativo não Circulante – por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 20 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

Nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o "Resultado do Exercício", de R\$ 556.618 mil, em março de 2023, representou 2,90% do saldo patrimonial líquido, sendo impactado principalmente por:

a) "Transferências e Delegações Recebidas", correspondente a 91,18% (R\$ 12.112.004 mil) das variações patrimoniais aumentativas; e

b) "Transferências e Delegações Concedidas" e "Pessoal e Encargos"; correspondentes, respectivamente, a 69,35% (R\$ 8.825.941 mil) e 15,28% (R\$ 1.944.937 mil), somando 84,63% (R\$ 10.770.878 mil).

mil) das variações patrimoniais diminutivas.

Os detalhamentos relativos aos grupos de contas supracitados constam nas notas explicativas nº [17](#) - "Transferências Intragovernamentais" e nº [9](#) - "Pessoal e Encargos".

As "Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos", que representaram R\$ -1.211 mil da DMPL, foram constituídas prioritariamente em 198,75% (R\$ -2.406 mil) para equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos pela Polícia Federal e -91,08% (R\$ 1.103 mil) para veículos de tração mecânica pela Polícia Rodoviária Federal, totalizando 107,67% (R\$ -1.304 mil) da referida reserva.

Com relação aos "Ajustes de Exercícios Anteriores", de R\$ -10.681 mil apresentado na DMPL, foram assim registrados:

- a) 70,21% (R\$ -7.499 mil) na Polícia Federal;
- b) 12,17% (R\$ -1.300 mil) na Polícia Rodoviária Federal;
- c) 8,98% (R\$ 959 mil) no Fundo Penitenciário Nacional;
- d) 8,01% (R\$ 855 mil) no Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- e) 0,63% (R\$ -67 mil) nos demais órgãos subordinados.

O "Ajuste de Avaliação Patrimonial", de R\$ -15 mil, foi realizado pela Polícia Federal na conta contábil 21.141.06.00 - FGTS.

O saldo restante de R\$ 18.638.080 mil, do início do exercício de 2023, apesar de não ser objeto desta análise, uma vez que é proveniente de exercícios anteriores, cabe mencionar que apresentou queda representativa com relação ao saldo final de 2022 da DMPL, da ordem de R\$ 277.259.791 mil, decorrente prioritariamente da transferência da Funai para o Ministério dos Povos Indígenas (Decreto nº 11.355/2023), cujo montante representava R\$ 258.318.813 mil.